

# Página 13



■ Nº137 ■ NOV./2014

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO



# CO ME MO RA ÇÃO E LU TA

# Dilma presidenta 2015-2018

Esta edição de Página 13 é dedicada ao balanço do processo eleitoral nacional e de alguns estados, bem como aos desafios do segundo mandato de Dilma Rousseff, com destaque para a democratização da mídia. Publicamos também o regimento interno do 2º Congresso da Articulação de Esquerda, bem como de nossa Conferência Sindical.

Como o balanço eleitoral é tema vasto, voltaremos ao assunto na edição de dezembro, com balanços de outros e uma análise das campanhas proporcionais apoiadas pela AE.

A oposição de direita perdeu quatro eleições presidenciais e enxerga, no horizonte, uma quinta derrota. Frente a isto, opera em três linhas: 1) a pressão sobre nosso governo, para que executemos a política deles; 2) a sabotagem de nosso governo e o desgaste de nosso Partido,

para que cheguemos em 2016 e 2018 com menores chances eleitorais; 3) as ameaças de golpe.

A principal é a primeira. Vide a decisão do Copom, a pressão por ministros pró-mercado e as decisões recentes do Congresso. A direita não quer participação popular, nem Constituinte para fazer a reforma política. Eles desejam uma reforma política reacionária, como a proposta pela PEC 352/2013, elaborada sob a coordenação do indescritível deputado Vaccarezza. Entre outras barbaridades, tal PEC mantém o financiamento privado empresarial das campanhas e adota a circunscrição distrital.

Assim sendo, boa leitura e principalmente muita luta!!!

*Os editores*

## TENDÊNCIA

### REGULAMENTO INTERNO DA 8ª CONFERÊNCIA NACIONAL SINDICAL DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA

1. A 8ª Conferência Nacional Sindical da AE será realizada nos dias 02, 03, 04 e 05 de abril de 2015 na cidade de Cajamar, no Estado de São Paulo, para debater a seguinte pauta:

- a) conjuntura internacional e nacional;
- b) movimento sindical, movimentos sociais, PT e governo;
- c) balanço, concepção e organização do setorial sindical da AE;
- d) 12º CONCURTO;
- e) eleição da nova Coordenação Nacional Sindical da AE.

2. A eleição dos(as) delegados(as) será feita em conferências estaduais, realizadas entre 21 de fevereiro a 29 de março de 2015, convocadas especialmente para este fim pelas respectivas Direções Estaduais da AE;

2.1. As conferências estaduais elegerão delegados(as) na proporção de 1 delegado(as) nacional para cada 5 militantes presentes na conferência estadual;

2.2. O primeiro delegado(a) só poderá ser eleito caso haja, na conferência estadual ou equivalente, um número mínimo de 3 militantes;

2.3. deverá ser observada a paridade de gênero na eleição dos(as) delegados(as).

2.4. Os(as) delegados(as) à Conferência Nacional Sindical podem ser também delegados ao 2º Congresso da Articulação de Esquerda, desde que cumpram os requisitos e participem das etapas previstas no respectivo Regulamento.

3. Podem votar e ser votados(as) nas conferências militantes que contemplem os seguintes requisitos:

- a) Estar em dia com a contribuição anual da tendência, conforme regulamento do 2º Congresso da Articulação de Esquerda.
- b) ser militante de alguma organização e/ou movimento sindical, ou seja:
  - fazer parte do setorial sindical do PT;
  - fazer parte do movimento sindical;
- c) caso um militante da AE não atenda ao requisito "b" mas queira participar da conferência, ele deve solicitar à direção estadual da tendência que reconheça seu direito de votar e ser votado(a) na conferência.

4. O calendário das conferências estaduais deve ser aprovado pelas respectivas direções e divulgado, através da lista nacional da Articulação de Esquerda.

5. As conferências estaduais deverão debater a pauta nacional e eleger as respectivas coordenações estaduais sindicais.

6. Do credenciamento:

a) só serão credenciados(as) na conferência nacional sindical os militantes em dia com a contribuição anual da tendência, conforme regulamento do 2º Congresso da Articulação de Esquerda.

b) só serão credenciados(as) na conferência nacional sindical os delegados(as)/suplentes que constem nas ata(s) da(s) respectiva(s) conferência(s), que devem ser enviadas para a direção nacional da tendência, c/c para a coordenação nacional sindical, até 31 de março de 2015;

c) o credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidados(as) será feito no dia 02, 03 de abril durante o dia e no dia 04 de abril até às 12h30.

e) o credenciamento dos suplentes será feito no dia 04 de abril, das 12h30 às 18h00 ou a qualquer momento, dentro do prazo de credenciamento, desde que apresente a carta de substituição do delegado(a) titular.

f) O quorum para abertura da Conferência é: 50% mais 1 dos(as) delegados(as) eleitos(as) nas conferências estaduais e comunicados à direção nacional, considerado o que está previsto no item 6 deste regimento.

7. Terão direito:

- a) a voz e voto os delegados/as eleitos nas conferências estaduais;
- b) direito a voz, todos os militantes da Articulação de Esquerda;
- c) sem direito a voz, salvo quando autorizados(as) pela mesa, todos os convidados(as) pela CNSAE

8. Programação

A programação da 8ª Conferência Nacional Sindical da AE será a seguinte:

2 de abril, 20h: abertura da conferência sindical, com participação de representantes das tendências cutistas e da direção nacional da AE

3 de abril: Aprovação do regulamento da Conferência Sindical e eleição das comissões. Debate das propostas de resolução ao II Congresso da Articulação de Esquerda  
20h00: ato público do II Congresso, com a participação de representantes das tendências partidárias

4 de abril - Apresentação e debate do texto base da conferência sindical

Balanço, concepção e organização do setorial sindical da AE

20h00: confraternização

5 de abril - Debate sobre o 12º CONCURTO e eleição da nova Coordenação Nacional Sindical da AE.

14h00: plenária de encerramento simultâneo da Conferência e do Congresso. Neste ato de encerramento, o Congresso tomará conhecimento, debaterá e votará formalmente as resoluções da Conferência sindical.

9. Comissões internas

9.1. Aprovado o regimento interno e a programação, os delegados(as) devem:

- a) eleger a mesa diretora dos trabalhos;
- b) eleger a comissão de emendas;
- c) eleger a comissão eleitoral;
- d) eleger a comissão de credenciamento.

9.2. Até o momento da eleição destas comissões, compete a DNAE e a Coordenação Nacional Sindical da AE dirigir os trabalhos políticos e organizativos da 8ª Conferência Nacional Sindical.

9.3. Uma vez eleita a Mesa diretora dos trabalhos e as demais comissões, dissolve-se a atual Coordenação Nacional Sindical, até que se eleja nova coordenação nacional.

9.4. A Mesa diretora dos trabalhos deve ser integrada por 3 membros, que dividirão entre si as tarefas de condução da VIII Conferência Nacional Sindical.

9.5. A Comissão de emendas deve ser integrada por 3 membros, cabendo recolher todas as propostas de alteração no texto-base e apresentar, para a Mesa diretora dos trabalhos, aquilo que deve ser submetido à deliberação dos(as) delegados(as).

9.6. A Comissão de Credenciamento deve ser integrada por 3 membros e, compete a ela credenciar os(as) delegados(as), convidados(as) e observadores(as), avaliar os recursos existentes e apresentar à Mesa Diretora dos trabalhos, aquilo que deve ser submetido à deliberação dos(as) delegados(as).

9.7. A Comissão Eleitoral deve ser composta por 5 membros, cabendo a responsabilidade por receber e apresentar a(s) proposta(s) da nova coordenação nacional sindical da AE.

10. A 8ª Conferência Nacional Sindical trabalhará a partir de um texto-base que será elaborado pela CNSAE e aprovado pela Direção Nacional da AE até o dia 13 de fevereiro de 2015.

Os(as) delegados(as) à 8ª Conferência Nacional Sindical debaterão o texto-base e as emendas através das mesas temáticas, plenárias gerais ou grupos.

11. Questões omissas neste regimento devem ser decididas pela Mesa Diretora, cabendo recurso ao plenário de delegados(as).

# Medidas indispensáveis à urgente democratização das mídias

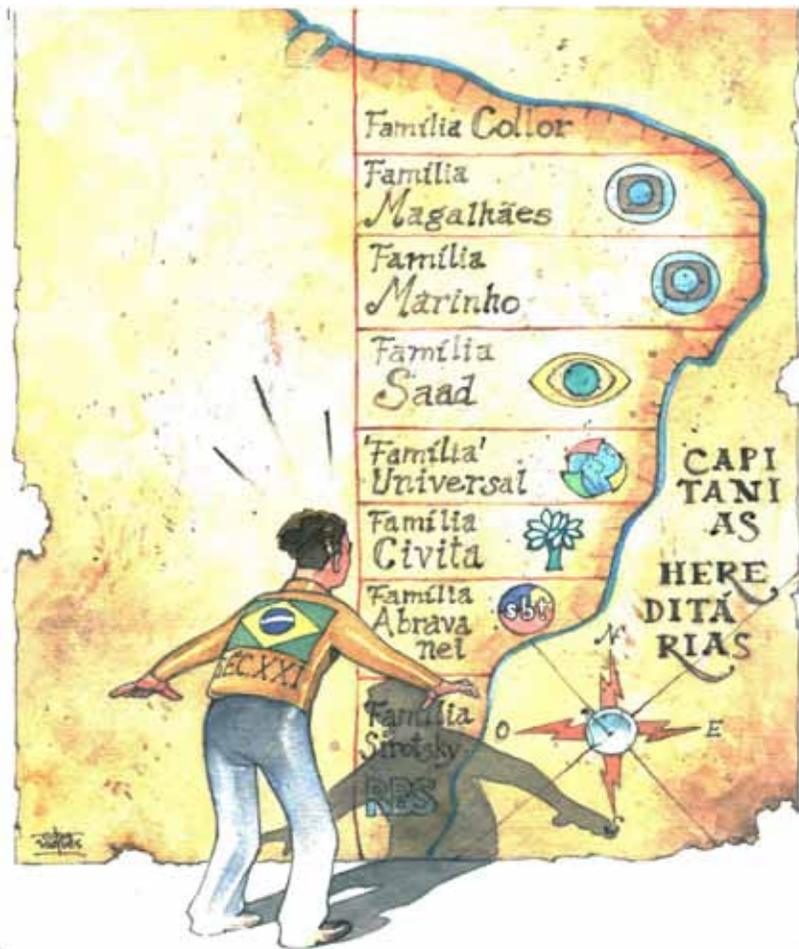
Pedro Estevam da Rocha Pomar\*

Que mais é preciso dizer, ao final do processo eleitoral de 2014, sobre a necessidade de regulação da mídia brasileira? Que mais faltaria acrescentar a tudo que já foi mencionado, registrado, denunciado quanto ao caráter antidemocrático, antipopular, profundamente discriminatório, abertamente golpista, do oligopólio midiático brasileiro?

Tão pedagógico quanto o comportamento do grupo Abril, que perpetrou o derradeiro e venenoso ataque do segundo turno, ao estampar na capa da revista *Veja* uma denúncia contra Dilma e Lula sem qualquer base fática (e desmentida até mesmo pelo próprio advogado do seu suposto autor), foi o modo como os telejornais, em especial os da rede Globo, atuaram no dia seguinte à eleição: maximizando a “reação do mercado” (queda do dólar e das bolsas) e repetindo, ainda que mais discretamente, os mesmos comentários depreciativos e alarmistas que martelam há meses e anos. Ao mesmo tempo, âncoras e comentaristas da Globo procuram ditar ao governo sua agenda (deles). Ressuscitaram, por exemplo, a “reforma tributária”, como contraponto à reforma política enfatizada pela presidenta Dilma Rousseff.

A CPI de Carlinhos Cachoeira, em 2013, revelou, uma vez mais, que os setores majoritários do PT sentem-se constrangidos quando se trata de enfrentar o oligopólio midiático. Foi assim que, apesar dos consistentes indícios de fortes elos entre o bicheiro e a *Veja*, a bancada petista no Congresso Nacional esquिवou-se de convocar os diretores da revista para depor. (A título de comparação, lembre-se que, na Inglaterra, o primeiro-ministro teve de comparecer ao Parlamento para explicar-se sobre o caso Murdoch.) No dia seguinte à eleição, contrariando expectativas dos movimentos sociais que lutam para democratizar a mídia, Dilma resolveu conceder longa entrevista ao “Jornal Nacional”, da Globo, em vez de optar por uma coletiva de imprensa.

Contudo, malgrado ilusões que possam persistir, a tarefa continua posta: a regulação da mídia é indispensável à de-



mocratização do Brasil. Para tanto, o guia para a ação do governo neste segundo mandato da presidente Dilma já existe: são as mais de 600 resoluções da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), convocada e realizada pelo próprio governo federal em 2009.

## Medidas imediatas

Em 2010, os movimentos sociais envolvidos na luta pela democratização da comunicação apontaram 78 medidas, entre as centenas aprovadas pela Confecom, cuja implantação consideravam prioritárias naquele momento. Podemos elencar, com base nesse roteiro, algumas iniciativas que o governo Dilma deveria adotar já em 2015, como passos iniciais do processo de democratização da mídia brasileira:

1) Regulamentar a proibição prevista no Artigo 220 da Constituição Federal (§ 5º: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto

de monopólio ou oligopólio”), constituindo mecanismos para evitar a **concentração horizontal** (um grupo empresarial deter várias operadoras da mesma plataforma), a **concentração vertical** (um grupo controlar várias etapas da cadeia econômica daquele segmento: produção, programação, empacotamento, distribuição) ou a **propriedade cruzada** (controle simultâneo de diferentes segmentos: rádio, TV, impressos, digital e outros).

“No primeiro caso, devem ser considerados os critérios de propriedade e controle, cobertura, participação na audiência e participação no mercado publicitário. No segundo caso, é preciso proibir que uma programadora detenha participação em uma produtora, bem como adotar vedação semelhante para o caso de operadoras de serviços de voz, de dados ou de audiovisual, em relação às operadoras de serviços. No terceiro caso, proibir que um mesmo grupo explore dois ou mais serviços diferenciados”.

2) Dar ampla divulgação (e continuar garantindo o acesso público) aos dados oficiais referentes às concessões vigentes de emissoras de rádio e TV e aos processos em tramitação no Ministério das Comunicações, inclusive nomes dos sócios e diretores; datas de concessões e renovação; projetos apresentados; histórico dos processos de concessões. “Ao mesmo tempo, criar mecanismos de fiscalização, com controle social e participação popular, em todos os processos como financiamento, acompanhamento das obrigações fiscais e trabalhistas das emissoras, conteúdos de promoções de cidadania, inclusão, igualdade e justiça, cumprimento de percentuais educativos, produções nacionais”.

3) Regulamentar o Artigo 223 da Constituição Federal, definindo os três sistemas de radiodifusão: público, privado e estatal. O sistema público “deve ser entendido como aquele integrado por organizações de caráter público, geridas de maneira participativa, a partir da possibilidade de acesso universal de cidadãs e cidadãos às suas estruturas dirigentes e submetidas a controle social”. O sistema privado “deve abranger todas as emissoras de entidades privadas em que a natureza institucional e o formato de gestão sejam restritos, tenham ou não estas entidades finalidade comercial”.

O sistema estatal “deve compreender todos os serviços e meios controlados por instituições públicas vinculadas aos poderes do Estado nas três esferas da Federação”. Para cada um dos sistemas, devem ser definidos direitos e deveres no tocante à participação social na gestão, às modalidades de financiamento e às obrigações quanto à programação.

4) Enviar ao Congresso uma nova e democrática “Lei do Direito ao Contraditório na Mídia”, que assegure os principais avanços previstos no PL 3.232/92, como a agilização do direito de resposta ou de retificação, proporcional ao agravo, a ser veiculado gratuitamente, sem prejuízo de eventual ação civil ou penal, a ser concedido a toda pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, bem como a qualquer coletividade que for acusada, ofendida ou atingida pela veiculação de conteúdo ou informação errônea, inverídica ou incompleta, por qualquer meio de comunicação.

5) Democratizar o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), imprimindo-lhe um rumo totalmente diverso daquele que lhe foi dado pelo ministro Paulo Bernardo

(Comunicações), nos moldes preconizados pela Confecom: “serviço de banda larga a ser prestado em regime público, por meio de diversas tecnologias, com metas de universalização do acesso, metas de qualidade, controle de tarifas e garantia de continuidade”, levando em conta que o acesso à Internet Banda Larga “é um direito fundamental e deve ser garantido pelo Estado, que deve instituir uma política de tarifas que torne viável o acesso residencial a toda população, garantindo a gratuidade do serviço sempre que necessário”.

No mesmo sentido, recuperar o papel da Telebrás.

### **Fortalecer a EBC**

A este rol de questões imediatas a enfrentar (sem esquecer de todas as demais resoluções da Confecom), entendemos que o governo Dilma deve encampar claramente, no seu segundo mandato, o Projeto de Lei da Mídia Democrática, formulado pelos movimentos sociais, que aglutina e atualiza grande parte das propostas aprovadas em 2009.

Outra medida, esta inteiramente ao alcance do governo sem depender de negociação com o Congresso, é o urgente fortalecimento da Empresa Brasil de Comunicação (EBC, empresa pública criada pelo governo federal em 2007), que envolve as seguintes frentes: a) ampliação do quadro de pessoal; b) expansão geográfica, com maior aporte de recursos para garantir a presença física da EBC e de suas equipes de jornalismo — hoje restrita a Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, São Luiz — em todo o território nacional; c) garantir, em São Paulo e outros Estados, canais adequados de transmissão, que permitam aos telespectadores receber um sinal de boa qualidade; d) reorientação dos métodos de gestão da empresa, descartando o viés de mercado hoje dominante nos seus postos de direção, para que sejam adotados critérios administrativos e editoriais compatíveis com o que se espera de uma empresa pública, socialmente referenciada.

Finalmente, uma outra providência que não pode mais tardar: a anistia imediata das rádios livres e comunitárias, bem como o impedimento de novas perseguições aos comunicadores populares por parte da Anatel e da Polícia Federal.

Outra providência que não pode mais tardar: a anistia imediata das rádios livres e comunitárias, bem como o impedimento de novas perseguições aos comunicadores populares por parte da Anatel e da Polícia Federal.

Por fim, é preciso descentralizar as verbas publicitárias, revendo os critérios de utilização desses recursos. O governo federal é o maior anunciante do Brasil. Em 2012, dos R\$ 2,3 bilhões gastos em publicidade oficial, R\$ 1,5 bilhão foi para TV; R\$ 309 milhões para jornais e revistas; R\$ 175,8 milhões para rádio; R\$ 139 milhões para Internet. Do montante investido em TV, 85,57% foram direcionados para as grandes redes de sinal aberto. Concentração semelhante ocorre nos demais segmentos.

É necessário reduzir os investimentos publicitários na mídia oligopolizada, e ampliar, na mesma medida, a fatia hoje destinada aos pequenos veículos e às mídias alternativas, como os blogues, por exemplo. A diversificação do destino das verbas de publicidade oficial é um importante fator de democratização da comunicação, pois o modelo atual de financiamento favorece exclusivamente a concentração dos meios e a propriedade cruzada.

Nenhuma dessas medidas deixará de enfrentar forte resistência e oposição, tanto dos oligarcas da mídia, que acompanham com enorme preocupação a implantação da *Ley de Medios* na Argentina, como de seus aliados e representantes no Congresso, muitos deles também beneficiários ilegais de concessões de radiodifusão.

Imagine-se a reação de determinados congressistas a estas resoluções da Confecom (ambas aprovadas por consenso): “Que deputados e senadores sejam impedidos de votar e deliberar nas concessões/outorgas e renovações de Rádio e TV que lhe estejam diretamente ligados, assim como aos seus parentes de até terceiro grau” ... “A fim de garantir o respeito à pluralidade e a prevalência do interesse público, os serviços de radiodifusão não devem ser explorados por: a) entes em cujo quadro conste ocupante de cargos públicos eletivos (como presidente da República, deputados, senadores, governadores, vereadores e prefeitos) ou seus parentes até o segundo grau; e b) entes com participação em instituições financeiras”.

As dificuldades que o governo certamente terá de contornar no Congresso indicam o tremendo papel que os movimentos sociais terão a desempenhar nas próximas batalhas pela democratização da mídia. Vale destacar que as centrais sindicais combativas terão de se envolver muito mais, nesse campo, do que o fizeram até este momento.★

**\*Pedro Estevam da Rocha Pomar é jornalista e militante petista**

# COMEMORAÇÃO E LUTA!

A direção nacional da Articulação de Esquerda, reunida dia 27 de outubro, realizou um balanço do segundo turno das eleições de 2014 e opinou sobre quais devem ser as ações imediatas do campo democrático-popular e do governo Dilma Rousseff no sentido de consolidar a vitória e garantir um segundo mandato superior. O texto abaixo contém um resumo do que foi debatido e constitui um roteiro para discussão no Partido dos Trabalhadores e também junto ao conjunto da esquerda política e social que apoiou a reeleição da presidenta no segundo turno.

1.O povo brasileiro, a classe trabalhadora, o campo democrático-popular e a esquerda socialista conseguiram reeleger Dilma Rousseff para presidir o Brasil até 31 de dezembro de 2018.

2.Nossa vitória foi comemorada por todos os setores democráticos, progressistas e de esquerda, no mundo e particularmente na América Latina e Caribe.

3. Comemoração por mais uma vez termos conseguido derrotar a direita, o oligopólio da mídia, o grande capital, seus aliados internacionais. Comemoração, porque este resultado foi obtido no fundamental graças à consciência de classe de importantes parcelas do nosso povo, à mobilização em grande medida espontânea da velha e da nova militância de esquerda. Comemoração, porque a campanha confirmou que o Partido dos Trabalhadores conta com duas grandes lideranças populares: o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma.

4.Nas eleições de 2014, estava em jogo não apenas a continuidade e a possibilidade de aprofundamento de um processo iniciado em 2002, com a eleição de Lula. Estava em jogo, também, impedir ou não o retrocesso.

5.É importante reafirmar que a oposição encabeçada por Aécio Neves foi portadora das piores práticas e políticas: o machismo, o racismo, a xenofobia, a intolerância, o preconceito, o ódio, a saudade da ditadura militar, o neoliberalismo, a submissão às potências estrangeiras.

6.Passada a eleição, esta oposição segue atuante, questionando o resultado eleitoral, defendendo a divisão do país, ameaçando a normalidade institucional, buscando chantagear o governo eleito para que adote o programa dos derrotados.

7.Por isto, não basta comemorar a reeleição da presidenta Dilma Rousseff. É preciso to-



Foto: Agência Brasil

mar as medidas necessárias para que ela faça um segundo mandato superior ao atual.

8.É com este objetivo que devemos desencadear um amplo processo de balanço das eleições 2014.

9.Estudar o comportamento das classes sociais no processo eleitoral; a atuação do campo democrático-popular; o jogo dos setores conservadores; o papel dos partidos políticos, da “terceira via”, dos movimentos sociais; a batalha da cultura e da comunicação; os resultados das eleições estaduais e parlamentares, entre outras variáveis: tudo isso é essencial para que a esquerda construa uma nova estratégia e um novo padrão de organização e atuação, indispensáveis se quisermos não apenas seguir governando, mas principalmente seguir transformando o Brasil.

10.Não basta administrar bem, fazendo mais e melhores políticas públicas. É preciso construir hegemonia cultural e fazer reformas estruturais, com destaque para a reforma política e para a Lei da Mídia Democrática. Para atingir estes objetivos, tanto o PT quanto o conjunto da esquerda devemos aprender a incor-

porar as energias, a militância, o ânimo alegre e combativo que foi às ruas, especialmente no segundo turno da campanha eleitoral. Também é preciso compreender os motivos e os mecanismos político-culturais que levam parcelas dos setores médios e da classe trabalhadora a tomarem atitudes reacionárias e a votarem na candidatura dos ricos e poderosos.

11.Para que Dilma faça um segundo mandato superior ao atual, será necessário desencadear um amplo processo de organização e mobilização destes milhões de brasileiros e brasileiras que saíram às ruas não apenas para apoiar Dilma Rousseff, mas principalmente para defender nossos direitos humanos, nossos direitos à democracia, ao bem estar social, ao desenvolvimento, à soberania nacional.

12.As eleições de 2014 reafirmaram a validade de uma ideia que vem desde os anos 1980: para transformar o Brasil, é preciso combinar ação institucional, mobilização social e organização partidária, operando uma verdadeira “revolução cultural” no modo de fazer política das classes trabalhadoras.

13.O Partido dos Trabalhadores, como princi-

pal partido da esquerda brasileira, está convocado a encabeçar este processo de mobilização cultural, social e política. Que exigirá, repetimos, renovar nossa capacidade de entender, de compreender, a sociedade brasileira, a natureza do seu desenvolvimento capitalista, a luta de classes que aqui se trava sob as mais variadas formas, cores e sabores.

14. As eleições mostraram que o PT possui raízes profundas no povo, na classe trabalhadora, entre as mulheres, entre negros e negras, na juventude. Mas também evidenciaram nossas imensas debilidades. A consciência de classe e a generosidade de amplas parcelas do povo brasileiro nos deram mais uma oportunidade de corrigir estas debilidades. Não temos o direito de desperdiçá-la.

15. O Partido dos Trabalhadores tem a obrigação de realizar um balanço profundo e sólido do processo eleitoral, que sirva de base para uma orientação política global para o período 2015-2018.

16. Realizar um balanço desta natureza demandará um certo tempo, necessário para analisar variados aspectos, consolidar os dados mensuráveis, ouvir as distintas opiniões, produzir uma reflexão à altura do processo extraordinariamente rico que vivemos, só comparável à campanha de 1989.

17. O 5º Congresso do Partido dos Trabalhadores deve converter-se neste processo de diálogo entre o Partido e estes milhões que foram às ruas defender a reeleição de Dilma Rousseff. Um diálogo tanto com os petistas quanto com aqueles que não são do PT e que criticam, sob diferentes ângulos, nosso Partido.

18. Cabe ao Diretório Nacional do PT, convocado para os dias 28 e 29 de novembro de 2014, aprovar uma agenda congressual que preveja debates abertos a toda a militância que se engajou em defesa da candidatura Dilma, bem como um momento final que possibilite a síntese e o salto de qualidade tão necessários para que o Partido seja capaz de, tanto quanto superar seus problemas atuais, contribuir para que o segundo mandato de Dilma seja superior ao primeiro.

19. Porém, certas medidas, impostas pela realidade internacional e nacional, mas principalmente pela atitude golpista da oposição, precisam ser tomadas imediatamente, não podem esperar pelo 5º Congresso.

20. Embora o candidato da oposição tenha aceitado a derrota, o bloco conservador age

como se não tivesse perdido as eleições. Ademais, como resultado do que faz o oligopólio da mídia “todo santo dia”, mas também em decorrência do que fizeram Serra em 2010 e Aécio em 2014, o “gênio saiu da garrafa”: não apenas nas redes sociais, mas ao vivo e em cores, a extrema-direita saiu do armário, cresceu no parlamento e está empestecendo o ambiente com todos os preconceitos e atitudes violentas.

21. A oposição de direita fala que o país está dividido, com o claro objetivo de impor o programa dos derrotados e debilitar a autoridade da presidenta. A “tese” da oposição de direita não resiste aos fatos e à observância dos costumes. Vitória é vitória, mesmo que por um voto. E Dilma Rousseff teve 54.477.479 votos, mais de três milhões a frente de Aécio. Os brasileiros são brasileiros, não importa em que estado vivam. A oposição foi derrotada no Nordeste, mas também em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, a tal ponto que a maior parte dos votos de Dilma Rousseff veio do Sudeste e Sul somados. Os partidos que apoiaram a reeleição de Dilma têm maioria no Congresso Nacional. E o resultado das urnas demonstra que a maioria do eleitorado defende a continuidade e o aprofundamento das mudanças iniciadas em 1º de janeiro de 2003.

22. A postura da oposição de direita, portanto, não decorre da análise dos fatos e dos costumes. Decorre simplesmente do seguinte: o bloco conservador não aceita que tenhamos vencido a quarta eleição presidencial seguida, apesar do apoio de Marina e apesar de tudo que fizeram contra nós. O bloco conservador espuma de raiva frente às grandes possibilidades de o campo democrático-popular avançar nas suas conquistas e vencer também as eleições presidenciais de 2018.

23. É preciso que tenhamos isto claro: para os donos do poder, é simplesmente inaceitável a continuidade da ampliação do bem-estar social, das liberdades democráticas e da soberania nacional. Frente à quarta derrota presidencial consecutiva, eles fazem e farão de tudo para que a presidenta implemente o programa dos derrotados; para tentar sabotar o novo governo; para buscar desestabilizar a institucionalidade democrática; para nos derrotar em 2016 e 2018. Sua estratégia pode ser resumida em duas palavras: reação permanente.

24. Não basta constatar isto, muito menos atribuir especificamente ao governo a solução, pois já aprendemos que o espaço de atuação do governo depende em parte da mobilização social. Para contribuir nisto, defendemos que o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores:

25. Organize uma grande festa popular no dia da segunda posse da presidenta Dilma Rousseff;

26. Antecipe para o primeiro trimestre de 2015 o 5º Congresso do PT.

27. Procure dar organicidade ao grande movimento político-social que venceu o segundo turno das eleições presidenciais. Partidos e setores de partidos, movimentos sociais, trabalhadores da cultura e intelectualidade democrática devem ser convidados a compor uma grande frente onde possam debater e articular ações comuns, seja em defesa da democracia, seja em defesa das reformas democrático-populares.

28. Inicie a construção de um jornal diário de massas e de uma agência de notícias, articulados a mídias digitais (inclusive rádio e TV



Belo Horizonte (MG)

**RESULTADO DO SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2014**

Votos recebidos:

**54.501.118****51,64%**

dos votos válidos

**Dilma Rousseff**

Votos recebidos:

**51.041.155****48,36%**

dos votos válidos

**Aécio Neves****População total:** 203.349.011 (no dia 31/10/2014 as 9h37)**Eleitorado total:** 142.821.358**Eleitorado que não votou:** 30.137.479 (21,10% do total de aptos)**Eleitorado que votou:** 112.683.879 (78,90 do total de aptos)**Nulos:** 5.219.787 (4,63% do total que votou)**Branco:** 1.921.819 (1,71% do total que votou)**Total de votos válidos:** 105.542.273

web), com ação permanente nas redes sociais, que sirvam de retaguarda e de instrumento do campo democrático-popular na batalha de idéias. E integre esta ação de comunicação política com o amplo movimento cultural que está em curso neste país e que foi tão importante no segundo turno.

29. Relance a campanha pela reforma política e pela mídia democrática, contribuindo para que o governo possa tomar medidas avançadas nestas áreas e para sustentar a batalha que travaremos a respeito no Congresso Nacional.

30. Participe ativamente das decisões acerca das primeiras medidas do segundo mandato, em particular sugerindo medidas claras no debate sobre a política econômica. É preciso incidir numa das principais disputas em curso, presente durante toda a campanha e também após a vitória, entre os que defendem a retomada do crescimento via ajuste fiscal e corte nos gastos públicos contra aqueles que defendem retomar o crescimento através da redução da taxa de juros e a adoção imediata de políticas industrializantes e de investimentos para a elevação da produção. É preciso ter claro que só um salto de qualidade no desenvolvimento fornecerá as bases materiais indispensáveis para sustentar a mobilização popular, recuperar apoios perdidos e isolar a oposição de direita.

31. Reafirme o compromisso do PT com a seguinte plataforma:

a) a reforma política, através de uma Constituinte exclusiva e soberana;

b) democracia na comunicação, com a Lei da Mídia Democrática e a implantação das principais resoluções da Conferência Nacional de Comunicação de 2009;

c) democracia representativa, democracia direta e democracia participativa, para que a mobilização e luta social influencie a ação dos governos, das bancadas e dos partidos políticos. O governo precisa dar continuidade à participação social na definição e acompanhamento das políticas públicas e tomar as medidas para reverter a derrubada da Política Nacional de Participação Social, objeto de um decreto presidencial cancelado pela maioria conservadora da Câmara dos Deputados no dia 28 de outubro de 2014;

d) a agenda reivindicada pela Central Única dos Trabalhadores, onde se destacam o fim do fator previdenciário e a implantação da jornada de 40 horas sem redução de salários;

e) o compromisso com as reformas estruturais, com destaque para a reforma política, as reformas agrária e urbana, a desmilitarização das Polícias Militares;

f) salto na oferta e na qualidade dos serviços públicos oferecidos ao povo brasileiro, em especial na educação pública, com reformas pedagógicas e curriculares no ensino básico, médio e universitário; no transporte público; na segurança pública e no Sistema Único de Saúde, sobre o qual reafirmamos nosso compromisso com a universalização do atendimento e o repasse efetivo e integral de 10%

das receitas correntes brutas da União para a saúde pública;

g) ampliar a importância e os recursos destinados às áreas da comunicação, da educação, da cultura e do esporte, pois as grandes mudanças políticas, econômicas e sociais precisam criar raízes no tecido mais profundo da sociedade brasileira;

h) proteção dos direitos humanos de todos e de todas. Salientamos a defesa dos direitos das mulheres, a necessidade de criminalizar a homofobia, o enfrentamento dos que tentam criminalizar os movimentos sociais. Afirmamos o compromisso com a revisão da Lei da Anistia de 1979 e com a punição dos torturadores. Assim como com a reforma das polícias e a urgente desmilitarização das PMs, cuja ineficiência no combate ao crime só é superada pela violência genocida contra a juventude negra e pobre das periferias e favelas;

i) total soberania sobre as riquezas nacionais, entre as quais o Pré-Sal, e controle democrático sobre as instituições que administram a economia brasileira, entre as quais o Banco Central, a quem compete entre outras missões combater a especulação financeira que está por detrás das candidaturas da oposição de direita.

32. O Partido dos Trabalhadores considera que são medidas políticas e diretrizes programáticas desta natureza, amplas, envolventes, de natureza mais social que institucional, que farão a diferença nos próximos quatro anos. E que garantirão nossa vitória em 2018. Hoje, como já foi dito, contamos com duas grandes lideranças populares. Mas o mais importante é que contamos com uma força social imensa, a qual, para além das pessoas e dos governos, ganhou capacidade de defender autonomamente seus direitos e interesses.

33. Os números confirmam aquilo que nossa análise política indicava, há tempos: uma eleição duríssima, vencida no segundo turno graças à mobilização e ao voto da militância de esquerda, graças à confiança e a consciência de classe de importantes setores do povo brasileiro, graças à disposição de debater política, demarcar projetos, apontar perspectivas de futuro e assumir compromisso com mudanças mais profundas.

34. As eleições de 2014 foram um momento marcante da luta de classes que atravessa toda a sociedade brasileira. Quem anda pelas ruas do Brasil percebe que o debate político não se interrompeu no dia 26 de outubro. A grande

burguesia demonstrou estar decidida a derrotar o PT e o campo democrático-popular. A maioria dos chamados setores médios atuou com o mesmo propósito, com ainda maior agressividade. Nossa vitória foi garantida pelo apoio que recebemos da classe trabalhadora.

35. Tivemos êxito exatamente porque nossa campanha, a partir de 13 de agosto, deixou clara a existência de dois projetos antagônicos, apelou para a mobilização dos setores populares, democráticos e socialistas. Sem esta mobilização, não conseguiríamos derrotar o bloco antagonista, que dispunha de meios superiores, em particular do oligopólio da comunicação. Oligopólio institucional, cujo desmonte é uma das condições para o aprofundamento da democracia no Brasil. A reforma política, especialmente a proibição do financiamento empresarial, é outra das condições.

36. É bom que se diga que nosso êxito eleitoral foi facilitado pelo comportamento hegemônico da oposição. Tanto a campanha de Marina quanto a campanha de Aécio foram rapidamente “sequestradas” pelos setores mais conservadores. Exemplos didáticos disto: 1) o recuo da primeira no apoio à agenda LGBT e sua adesão à tese de independência do Banco Central; 2) a escolha, pelo segundo, de Armínio Fraga como ministro da Fazenda. Ao dar garantias ao “Deus mercado” e ao adotar explicitamente o discurso de “acabar com a raça do PT”, ambos deixaram claro o que realmente estava em jogo: não mudar, mas sim retroceder.

37. Derrotamos o retrocesso, mas, vindo em perspectiva histórica, nem em 2006, nem em 2010 o campo conservador esteve tão perto de recuperar a Presidência da República. Por isto, tão fundamental quanto compreender e criticar os métodos dos inimigos é perceber nossas debilidades e erros.

38. É o caso da opção preferencial pela mudança sem ruptura, cujo pressuposto é fazer concessões aos inimigos. Tal opção só conduz ao êxito se, com o passar do tempo, os inimigos deixarem de ser tão inimigos. Mas na vida real, apesar das concessões, os inimigos se tornaram ainda mais inimigos. E graças às concessões que fazemos/fizemos, eles não apenas mantiveram, como também ampliaram os meios de que dispõem para agir contra nós. Ao mesmo tempo, certas concessões que fazemos/fizemos dividem nosso campo, nos impedem ou pelo menos reduzem nossa capacidade de ganhar amigos e fortalecer nosso lado. Como resultado, há uma tendência ao fortalecimento deles e ao enfraquecimento



Movimentos sociais se uniram à campanha em Petrolina (PE)

nosso. O que em algum momento resultará em nossa derrota total.

39. É o caso da opção preferencial pela ascensão por meio do consumo. Se não for acompanhada de fortes investimentos em outro tipo de educação e de cultura, combinados com uma forte democratização da comunicação e com uma reforma política, a ascensão via consumo acabará ampliando as fileiras de setores que podem se voltar contra os valores da esquerda. Recorde-se a informação segundo a qual 70% dos beneficiários do ProUni declararam-se contrários ao Bolsa-Família. Por outro lado, a ascensão por meio do consumo é insustentável no longo prazo, pois a melhoria da vida “da porta para dentro da casa” não apenas gera a percepção de que a vida estaria piorando “da porta da casa para fora”, como também reforça um padrão de investimentos que deixa em segundo plano a oferta de bens públicos e de infraestrutura.

40. É o caso, ainda, da equivocada defesa de um “país de classe média”, quando nosso objetivo é, na verdade, construir um país onde a classe trabalhadora viva cada vez melhor, com mais democracia e bem estar social. Isto significa adotar um desenvolvimentismo democrático-popular, ou seja: forte crescimento, com ampliação da nossa capacidade industrial e tecnológica, alicerçado em reformas estruturais, na ampliação da democracia e do bem-estar social.

41. É o caso da incompreensão dos motivos pelos quais o PSDB e o oligopólio da mídia mantêm forte hegemonia sobre algumas regiões do país e sobre alguns setores sociais. Sobre isto, o estratégico estado de São Paulo deve ser objeto de uma análise especial. Claro que há erros imensos cometidos pelo

Partido e pela esquerda, que ajudam a compreender os resultados eleitorais de 2014. Mas não se trata apenas de um problema de tática eleitoral, de política de alianças, de escolha de candidatura, de linha de campanha, da atitude das bancadas parlamentares e das direções partidárias. Ainda que nos espante a falta de autocritica por parte de alguns, é claro que coincidimos com as críticas feitas acerca da incapacidade política e burocratização de certas direções, bem como acerca dos danos causados pelas acusações de corrupção. Mas nada disto, tomado isoladamente, explica o que já se convencionou chamar de “Tucanistão”.

42. Em nossa opinião, assim como parte importante dos setores médios reage à ascensão social dos setores populares, de forma semelhante o estado mais rico da federação reage ao desenvolvimento dos estados mais empobrecidos da federação. Hegemonia de classe e hegemonia regional são parte de um mecanismo integrado, que nosso Partido e nosso governo devem entender, para poder incidir sobre ele, recuperando apoios perdidos junto aos trabalhadores e setores médios. O que depende, além de medidas políticas, de desenvolvimento, crescimento, industrialização e ampliação da produtividade, em bases democrático-populares.

43. Por fim, é preciso compreender o recado que estas eleições deram ao nosso Partido dos Trabalhadores.

44. Desde 1989, o PT polariza as eleições presidenciais. Nas sete eleições presidenciais realizadas desde então, perdemos 3 e vencemos 4. Mas esta de 2014 foi a eleição mais difícil já disputada por nós, em que ganhamos enfrentando um vendaval de acusações não

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Partido	Bancada eleita 2002	Bancada eleita 2006	Bancada eleita 2010	Bancada eleita 2014
PT	91	83	88	70
PMDB	75	89	78	66
PSD	0	0	0	37
PSDB	70	66	53	54
PP	49	41	41	36
PR	32	25	42	34
DEM	84	65	43	22
PSB	22	27	34	34
SD	0	0	0	15
Pros	0	0	0	11
PTB	26	23	21	25
PDT	21	24	28	19
PCdoB	12	13	15	10
PSC	1	9	17	12
PRB	0	1	8	21
PV	5	13	15	8
PPS	15	22	12	10
PSol	0	3	3	5
PMN	1	3	4	3
PTdoB	0	1	3	1
PRP	0	0	2	3
PEN	0	0	0	2
PTC	0	3	1	2
PHS	0	2	2	5
PRTB	0	0	2	1
PSDC	1	0	0	2
PTN	0	0	0	4
PSL	0	0	0	1

## SENADO FEDERAL

Partido	Atual Representação em set/2014 (81)	Com mandato até 2019 (54)	Senadores eleitos em 2014 (27)
PMDB	20	14	5
PT	14	11	2
PSDB	12	6	4
PSB	4	4	3
PDT	5	3	4
PR	3	2	1
DEM	4	2	3
PSD	1	1	2
PP	5	4	1
PTB	6	1	2
PCdoB	2	1	0
PROS	1	1	0
PSol	1	1	0
SD	1	1	0
PRB	1	1	0
PSC	1	1	0

\* Bancada remanescente (com mandato até 2019) + eleitos em 2014

apenas sobre nossa política, mas sobre nosso partido. Não nos comove que a direita nos acuse de organização criminosa, de aparelhismo e de acomodação as benesses do poder. Mas nos importa que acusações deste tipo sejam aceitas como verdadeiras por camadas do povo, inclusive por setores que votam em nós. Neste sentido, o Partido tem que retomar sua capacidade de fazer política cotidiana, sua independência frente ao Estado, e ser muito mais proativo no enfrentamento das acusações de corrupção, em especial no ambiente dos próximos meses, em que setores da direita vão continuar premiando delatores. Faz parte desta atitude mais proativa lutar pela investigação, julgamento e punição dos malfeitos dos corruptores, dos tucanos e seus aliados.

45. Como em todas as eleições, perdemos e ganhamos governos estaduais, cadeiras no Senado, na Câmara dos Deputados e nas Assembleias estaduais. Mas observando o “conjunto da obra”, especialmente considerando a evolução eleitoral desde 2002, é claro que há uma inflexão para baixo, soterrando o discurso triunfalista que falava em ampliação geral das bancadas e governos. Discurso triunfalista, aliás, que falava também que os adversários eram “anões políticos”; que venceríamos a eleição presidencial no primeiro turno; que venceríamos por ampla margem no segundo turno; que elegeríamos muitos novos governadores, inclusive elegeríamos simultaneamente os governos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Discurso triunfalista que não encontrava correspondência na direção da campanha, especialmente na política de alianças, cujos limites e incoerências ficaram mais do que evidentes, até para os seus defensores. Aliás, a oposição de direita conta com o apoio de setores importantes do que se denomina de “base parlamentar do governo”.

46. Ao mesmo tempo que se passa tudo isto com o nosso Partido, o que houve no segundo turno demonstrou que a quase totalidade da esquerda e do campo democrático-popular tem consciência de que a derrota do PT seria a derrota do conjunto da esquerda; e que nossa vitória seria a vitória do conjunto das forças democráticas e progressistas. Na prática, setores da esquerda que romperam com o PT foram levados a aceitar a correção de nossas afirmações quanto ao papel histórico do PT. O voto de esquerda teve papel decisivo no resultado do segundo turno. Mas isto só terá continuidade e consequência se adotarmos uma nova estratégia e padrão de funcionamento; se dermos continuidade à linha de politização, polarização e mobilização que marcou a reta final das eleições de 2014; se

adotarmos outra tática frente à militância social em geral e frente à militância de outros partidos de esquerda.

47. De imediato, isto exige que nossa tática para 2016 e 2018 seja construída tendo como aliado preferencial não o PMDB, mas sim esta esquerda política e social que foi às ruas garantir nossa vitória. Precisamos organizar uma Frente Popular, unificando os partidos de esquerda e os movimentos sociais, numa coalizão estratégica para disputar o comando do Estado. Não será um movimento fácil, pois temos o PMDB na vice e com grande influência num Congresso Nacional ainda mais conservador do que em anteriores legislaturas. Mas é um movimento necessário, pois não haverá vitória sem mudança e não haverá mudança tendo o PMDB como aliado prioritário. Aliás, como suposto aliado prioritário, pois a maior parte do PMDB já opera contra nós há anos.

48. Cabe construir outro tipo de governabilidade, que dependa menos das maiorias no Senado e na Câmara dos Deputados, e que dependa mais dos movimentos sociais e do apoio na sociedade como um todo. Mas para que isto não seja um gesto inconsequente, precisamos de força. E só teremos força, se nosso Partido souber apoiar o governo, sem

confundir-se com ele, sem adotar uma postura subalterna, passiva, burocrática, apagada. Se deixarmos de ser aquele partido cuja direção aceita que seu papel seja terceirizado, inclusive para “técnicos” que muitas vezes esquecem que nossa vitória nas urnas depende sempre da sinergia com as ruas, que nas ruas está o elemento fundamental, não nos dez minutos de horário eleitoral gratuito, escassos diante das quase vinte e quatro horas diárias de que dispõem nossos adversários na mídia hegemônica, para martelar suas ideias e alcançar “corações e mentes” da população.

49. Um governo democrático não pode financiar com recursos públicos nenhuma gangue de delinquentes midiáticos. As pichações e o lixo jogado em frente à sede da Editora Abril, embora tenham sido úteis à manipulação midiática da direita, nada representam frente ao vandalismo brutal que o oligopólio comete cotidianamente contra a democracia brasileira. Por isto, quem corretamente acha que a Justiça não deve ser feita com as próprias mãos, deve fazer uso do poder de Estado para combater o crime organizado midiático.

50. Não devemos temer dizer que o Brasil está diante de um impasse histórico. Nem a direita, nem a esquerda estão satisfeitas com a atual institucionalidade. Nós, que defende-

mos a democracia, sustentamos que a solução passa por uma Constituinte, por plebiscito e referendo, por uma reforma política que abra caminho para um parlamento mais democrático, capaz de aprovar reformas estruturais. A direita, que não tem compromisso com a democracia, questiona o resultado eleitoral, alimenta discursos golpistas, propõe uma contrarreforma eleitoral, recusa a saída constituinte. O impasse alimenta a inaceitável judicialização da política e cria um ambiente de crispação cada vez maior entre direita e esquerda.

51. Não será fácil construir uma saída para este impasse histórico, que nos leve em direção a um Brasil democrático-popular e socialista. Não será fácil, especialmente porque não é assunto que dependa de retórica, mas sim de persistente construção. Mas uma coisa é certa: como nosso coração valente, a saída é vermelha e está no lado esquerdo do peito.

A direção nacional da tendência petista  
Articulação de Esquerda

Brasília, 27 de outubro de 2014

ASSINE O JORNAL  
**Página 13**

**CUPOM DE ASSINATURA**

Não deixar de preencher nenhum dos campos

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ Celular: ( ) \_\_\_\_\_

E-Mail: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ ou

CNPJ: \_\_\_\_\_

Participa de alguma entidade, movimento ou organização? ( ) sim ( ) não

Se sim, qual: \_\_\_\_\_

Área de interesse, militância ou atuação: \_\_\_\_\_

Município e estado de militância: \_\_\_\_\_



**ESCOLHA A OPÇÃO DE ASSINATURA**

**ASSINATURA ANUAL** ( 12 edições)  
( ) R\$ 100,00

**ASSINATURA BIANUAL** ( 24 edições)  
( ) R\$ 200,00

( ) Declaro que ao efetuar o pagamento da assinatura estou ciente e concordo com os Termos de Assinatura constantes do contrato de assinatura disponíveis no site [www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br)

ENVIAR o cupom junto com o comprovante de depósito para: Associação de Estudos Página 13 a/c de Edma Walker  
Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP, CEP 01019-000 ou para o e-mail [assinaturas@pagina13.org.br](mailto:assinaturas@pagina13.org.br)

PAGAMENTO através de depósito na conta do Banco do Brasil Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1  
Em nome de: Rubens Alves da Silva

# Perspectivas para o próximo governo

José Gilderlei Soares\*

A disputa eleitoral de 2014 no Rio Grande do Norte entrou para a história com a eleição da primeira senadora de origem popular em nosso estado: Fátima Bezerra, do Partido dos Trabalhadores. E no segundo turno, a candidatura de Robinson Faria (PSD) derrotou a candidatura de Henrique Alves (PMDB) na disputa pelo governo estadual.

O deputado e presidente da Câmara Federal Henrique Alves montou um acordo nunca visto na nossa história política potiguar. Conseguiu acomodar 7 ex-governadores, os três senadores do estado, 21 dos 24 deputados estaduais, 6 dos 8 deputados federais do estado, cerca de 135 prefeitos dos 167 municípios do Rio Grande do Norte, num total de 17 partidos (PMDB-PSB-PR-PROS-PDT-SD-PSC-PTB-PPS-PHS-PSDB-PSDC-PRB-PTN-PV-PMN-PRP). A candidata ao senado deste bloco foi a ex-governadora Vilma de Faria (PSB).

O Partido dos Trabalhadores compôs a Coligação Liderados pelo povo (PT-PSD-PCdoB-PP-PTdoB-PEN-PRTB-PTC), tendo Robinson Faria (PSD) como candidato ao governo e Fátima Bezerra (PT) ao senado.

A deputada petista Fátima Bezerra conseguiu ao longo da campanha um virada pra cima da ex-governadora Vilma de Faria na disputa pela vaga no Senado. Ao final da votação foram 808.055 votos (54,84%) da petista contra 636.896 votos (43,23%) da principal candidata adversária.

A eleição de Fátima Bezerra tem alguns significados históricos. É a eleição da primeira senadora de origem popular na história do Rio Grande do Norte. Sempre as vagas do estado no Senado foram ocupadas por ex-governadores ou por detentores de grande poder econômico. Também significou a vitória de uma candidatura militante contra uma adversária com ampla estrutura econômica.

Na disputa pelo governo, o candidato do acordo Henrique Alves, apesar de todos os esforços e desespero na reta final, não conseguiu vencer no primeiro turno. Teve



Governador eleito do RN, Robson Faria (PSD) e a senadora eleita Fátima Bezerra (PT)

702.196 votos (47,34%) contra 623.614 votos (42,04%) de Robinson Faria (PSD). O desempenho da candidatura de Robério Paulino (PSOL), que obteve 129.616 votos (8,74), foi decisivo para a garantia do segundo turno. Para Henrique Alves a vitória no primeiro turno era vital, pois no segundo suas chances eram poucas. O que de fato se consolidou.

No segundo turno, Robinson Faria conseguiu virar o jogo e foi eleito com 877.268 votos (54,42%) contra 734.801 votos (45,58%) de Henrique Alves.

Na disputa para a Câmara Federal os partidos que apoiaram a candidatura de Henrique Alves ficaram com 6 vagas: Walter Alves (PMDB), Rafael Motta (PROS), Dra. Zenaide Maia (PR), Felipe Maia (DEM), Rogério Marinho (PSDB) e Pastor Jácome (PMN). Os partidos que apoiaram Robinson Faria obtiveram 2 vagas: Fabio Faria (PSD) e Betinho Rosado Segundo (PP). O PT não conseguiu manter sua cadeira na Câmara Federal conquistada em 2002 e mantida em 2006 e 2010. As candidaturas petistas tiveram um desempenho eleitoral abaixo do esperado.

Para a Assembleia Legislativa os partidos que apoiaram Henrique Alves elegeram 18 deputados: PMDB (5), PROS (4), DEM (2), PSB (2), SD (1), PR (1), PDT (1), PMN (1) e PHS (1). Os partidos que apoiaram Robinson Faria elegeram 6 deputados: PSD (3), PT (1), PCdoB (1) e PTdoB (1).

Na disputa presidencial, neste segundo turno, Dilma obteve 1.201.576 votos (69,96%) contra 516.011 votos (30,06%) do candidato tucano. No primeiro turno Dilma havia obtido 999.452 votos (60,06%); Aécio Neves 329.866 votos (19,82%); Marina Silva 286.061 votos (17,19%).

Neste segundo turno foi importante a mobilização da juventude, seja a juventude partidária, principalmente a petista, mas também as demais juventudes que mesmo sem nenhuma filiação partidária lotaram as ruas da capital potiguar, defendendo os avanços ocorridos em nosso país nos últimos anos e ampliando a vantagem de Dilma no Estado.

A derrota do candidato pemedebista coloca o Rio Grande do Norte diante da possibilidade de construção de um novo modelo de política no estado, derrotando de fato aqueles que trataram nos últimos anos o Estado como um balcão de negócios.

Robinson Faria terá a oportunidade de pela primeira vez montar uma equipe de governo sem o PMDB (oligarquia Alves), sem o DEM (oligarquia Maia), sem o PSB (o Wilmismo) e outras forças que sempre estiveram compondo os últimos governos estaduais, tendo responsabilidade no atraso político, econômico e social do Rio Grande do Norte. Tem a possibilidade de montar uma equipe de governo com forte presença de partidos de esquerda como o PT e o PCdoB.

Seu governo, nos primeiros dias, precisará ter ações firmes e que sinalizem para a construção de uma outra concepção de gestão, principalmente porque terá que administrar um estado que não conseguiu acompanhar o crescimento econômico do Nordeste, que enfrenta graves problemas na saúde, educação e segurança pública.

Outra questão chave para o sucesso de seu governo é como será o relacionamento com os servidores públicos do estado. Nos últimos anos o Rio Grande do Norte foi cenário de inúmeras greves do funcionalismo público. Será preciso que o novo governo consiga abrir um amplo diálogo com o movimento sindical.

As urnas deram ao governador eleito do estado a possibilidade de construção de outra agenda política, inclusive com a oportunidade de fortalecer forças de esquerda. Nos próximos dias poderemos avaliar se ele saberá aproveitar a oportunidade ou seguirá a velha cartilha sempre mantida no Rio Grande do Norte. ★

\*José Gilderlei Soares é integrante da Direção Nacional da Articulação de Esquerda

# Os limites de um governo de

*Eleições apertadas, com “aliados” conservadores, sinalizam a necessidade de mudanças de rumos*

Rafael Tomyama\*

Concluído o segundo turno da eleição, Camilo Santana (PT) findou eleito governador do Ceará. A diferença para o concorrente Eunício Olivera (PMDB) de apenas 60 mil votos no primeiro turno saltou para mais de 300 mil votos, dentro de um universo de mais de seis milhões de eleitores. O petista obteve 53,35% dos votos válidos e o peemedebista 46,65% no segundo turno.

Os números revelam que Camilo obteve melhores resultados no interior, especialmente no Cariri (região Sul do estado) e que Eunício venceu em Fortaleza e sua região metropolitana.

A disputa acirrada e o desempenho não tão expressivo do candidato governista, na avaliação de seus correligionários, não são atribuídos à desastrosa administração do prefeito Roberto Cláudio na capital. Nem à incompetência marqueteira de preferir atrelar inteiramente a imagem do candidato à do governador Cid Gomes (PROS), ao invés de privilegiar a associação com Dilma e Lula (PT). A candidata Dilma teve 76,75% dos votos no segundo turno no Ceará.

Em contraste, o seu adversário direto, Eunício, espertamente colou sua imagem à liderança petista, repetindo na propaganda a fala de Lula em agradecimento ao “companheiro Eunício”.

A questão que precede está na origem da candidatura situacionista, quando a maioria dirigente no PT-CE aceitou trocar a vaga ao Senado pela de governador e colocou a sigla refém dos Gomes. Com a aliança com uma oligarquia dominante, Camilo não poderia ter desempenhado outro papel a não ser o de evitar a politização do debate, mantendo afastados os vínculos com os movimentos sociais e limitando-se a apresentar um verdadeiro “diário oficial” das realizações do governo.

Mas, para turma governista a responsabilidade da derrota na capital, onde o candidato do PMDB venceu em quase todos os bairros, não decorre inclusive dos desgastes da gestão governista, especialmente nas áreas da saúde e segurança pública, mas é

atribuída ao pouco empenho de Luizianne e de sua corrente na campanha. E também à acusação de que teria colaborado com o adversário. A ex-prefeita petista elegeu-se deputada federal com mais de 130 mil votos.

Não deixa de ser irônico, que a campanha de Camilo tenha sido inteiramente bancada pelos Gomes e passado todo tempo contraditoriamente desconstruindo o PT e seus símbolos - estrela vermelha, etc - e ainda venha culpar o partido insubordinado pelo desempenho abaixo do esperado nas urnas.

Desafetos - Além de Luizianne, outros declarados opositores dos Gomes obtiveram um resultado expressivo nas urnas. Capitão Wagner, por exemplo, com forte apoio da corporação de Policiais Militares, foi eleito o deputado federal mais votado no estado, alcançando quase 200 mil votos.

O maior feito da oposição, no entanto, foi a eleição de Tasso Jereissati (PSDB) ao Senado com mais de dois milhões de votos. A volta do líder tucano ao Congresso Nacional traz outros impactos no cenário local.

Eleito pela coligação encabeçada por Eunício, Tasso comandou a campanha da direita pró-Aécio no segundo turno no Ceará. E, evidentemente, tensionou a posição do aliado peemedebista no sentido da acomodação em relação à campanha de Dilma.

## Proporcionais

A pior notícia para o Partido dos Trabalhadores foi a composição da Assembleia Legislativa. Resultante principalmente da tática eleitoral de subserviência aos Gomes, a coligação do PT com o PROS e mais uma dezena de legendas sob seu controle, levou a bancada petista a cair de cinco para dois parlamentares.

Considerando ainda que os votos do PT ajudaram a coligação a eleger outros 22 aliados, sendo destes 12 do PROS, e embora a bancada federal tenha se mantido com quatro deputados petistas, é o pior resultado partidário das últimas eleições no Ceará.

Para deputado estadual, a legenda do PT/CE conquistou em torno de 77 mil votos, mesmo com, em tese, o candidato ao cargo de governador filiado ao partido.

Ainda que com um desempenho superior aos demais partidos neste quesito (PROS: 40 mil; PMDB: 35 mil; PDT: 32 mil; PSDB: 22 mil, etc.) trata-se de um resultado aquém da votação em 2010, quando o partido obteve mais de 72 mil votos na legenda.

O resultado é proporcionalmente inferior àquele ano, considerando o crescimento da ordem de 3% do eleitorado. Além disso, o desempenho da legenda costuma ser bem melhor quando o cabeça de chapa é do mesmo partido. Em 2010, o PT apoiou a reeleição de Cid Gomes, então filiado ao PSB.

Ressalte-se ainda que na soma dos votos nominais (dados aos candidatos) o PT obteve agora pouco menos de 300 mil votos, atropelado pelo PROS Cidista, que chegou a mais de 878 mil votos.

## “13 lá e 13 cá”

Ainda que tardiamente, o núcleo do comando Cidista teve que se render à realidade dos fatos e abrir espaço para o vermelho do PT de Dilma e Lula nas peças de campanha de seu candidato para tentar evitar uma possível derrota total no segundo turno.

Dilma e Camilo, tendo como aliados Eunício (em nível nacional) e Gomes (em nível local), respectivamente, como governarão?

É certo que as forças de democrático populares e progressistas que se integraram à campanha para numa reação ao retrocesso neoliberal vão tensionar politicamente estes governos. Por isso, politizar, polarizar e mobilizar o povo são tarefas do PT a serem mantidas na agenda no próximo período, para governar melhor, com compromissos com os “de baixo”. À luta, sempre! ★

\*Rafael Tomyama é dirigente da AE-CE

# coalizão

ELEIÇÃO NO CE / RESULTADOS

## Presidente / 1o. turno

Dilma (PT) 3.087.115 = 68,30%  
Aécio (PSDB) 676.743 = 14,97%  
Marina (PSB) 638.115 = 14,12%  
L. Genro (PSol) 52.448 = 1,16%  
Everaldo (PSC) 25.742 = 0,57%  
L. Fidelix (PRTB) 15.963 = 0,35%  
E. Jorge (PV) 14.081 = 0,31%  
Zé Maria (PSTU) 4.660 = 0,10%  
Eymael (PSDC) 3.192 = 0,07%  
M. Iasi (PCB) 1.831 = 0,04%  
Rui Costa (PCO) 342 = 0,01%

## Presidente / 2o. turno

Dilma (PT) 3.522.225 = 76,75%  
Aécio (PSDB) 1.067.096 = 23,25%

## Governador / 1o. turno

Camilo (PT) 2.039.233 = 47,81%  
Eunício (PMDB) 1.979.499 = 46,41%  
Eliane (PSB) 144.507 = 3,39%  
Ailton (PSol) 102.394 = 2,40%

## Governador / 2o. turno

Camilo (PT) 2.417.668 = 53,35%  
Eunício (PMDB) 2.113.940 = 46,65%

## Senador

Tasso (PSDB) 2.314.796 = 57,91%  
Mauro (PROS) 1.573.732 = 39,37%  
Geovana (PSB) 66.895 = 1,67%  
Raquel (PSTU) 42.065 = 1,05%

## Deputados Federais (PT)

Guimarães 209.032 votos  
Luizianne 130.717 votos  
Odorico 121.640 votos  
Zé Airton 94.145 votos  
Votos nominais: 633.452  
Votos de legenda: 70.080

## Deputados Estaduais (PT)

Moisés 75.027 votos  
Elmano 44.292 votos  
Votos nominais: 298.072  
Votos de legenda: 77.865

Fonte: TRE-CE  
<http://apps.tre-ce.jus.br/tre/eleicoes/ele2014/resultados/>

## PARAÍBA

# Politizamos, polarizamos, mobilizamos e ganhamos

Giucélia Figueiredo\*

**A** exemplo do primeiro turno das eleições 2014 na Paraíba, o segundo turno também foi marcado pelo papel decisivo desempenhado pela militância petista, de partidos de esquerda e pelos movimentos sociais. Desta vez, o campo democrático e popular esteve ainda mais unido e mobilizado diante da disputa estabelecida em nível nacional.

Foi pelo Nordeste que a presidenta Dilma começou a campanha do segundo turno, passando pelo Piauí e Paraíba. Aqui, foi consolidado com sua visita um grande bloco composto também pelo PSB e PMDB, movimento decisivo para a ampliação da vitória de Dilma aqui no Estado, indo de 56% no primeiro turno a 64% no segundo, bem como para a reeleição do governador Ricardo Coutinho, que venceu de virada o candidato do PSDB, saindo dos 45% alcançados no primeiro e chegando aos 52% no segundo.

Este fato político foi relevante: o governador divergiu e não seguiu a deliberação da direção nacional de seu partido, somando-se à campanha de reeleição da presidenta Dilma, reproduzindo aqui na Paraíba idêntica polarização da disputa nacional.

A candidatura do senador tuano Cássio Cunha Lima esteve durante toda a campanha grudada à candidatura de Aécio Neves a presidência. Em alguns momentos do segundo turno, o senador mineiro foi âncora do guia de rádio e TV da campanha do PSDB local. A candidatura do PSDB na Paraíba puxou para baixo o tempo inteiro o nível da campanha, passando ao largo de qualquer debate programático. Em contraposição adotamos uma postura propositiva, seguindo nossa tática nacional de politizar, polarizar e mobilizar.

Na campanha presidencial estivemos presentes em todas as regiões, conversando sobre as transformações geradas no Nordeste e na Paraíba pelas ações e programas dos governos do PT. Para a maioria dos paraibanos e das paraibanas ficou claro que as mudanças que desejamos continuarão sendo realizadas e ampliadas com o projeto político representado pelo governo Lula e Dilma.



Governador reeleito Ricardo Coutinho

Sabíamos que a disputa no segundo turno seria muito dura e estávamos preparados para a boa disputa e o bom combate.

A disputa pelo governo do estado esteve, desde o início, polarizada entre as candidaturas de Ricardo Coutinho (PSB), disputando a reeleição com o apoio do PT, e a candidatura do senador Cássio Cunha Lima (PSDB),

A vitória do governador Ricardo Coutinho significa a derrota da oligarquia Cunha Lima, considerada por muitos como imbatível. Inicia-se um novo ciclo político, com o surgimento de novas lideranças do campo democrático e popular e a construção de um cenário no qual a Paraíba poderá acompanhar o desenvolvimento econômico e social vivenciados por toda a região, a partir da presença do PT no governo federal.

O papel da gestão petista em João Pessoa foi fundamental, para a consolidação da nossa vitória no estado, quer pela boa aceitação por parte da população, quer pela participação militante do nosso prefeito Luciano Cartaxo em todo o processo eleitoral. ★

\*Giucélia Figueiredo é dirigente do PT-PB

# Organizar a militância e voltar às ruas

*Jonatas Moreth\**

As eleições devem ser analisadas em conjunto, ou seja, considerando os seus dois turnos. Em que pese o PT ter feito uma bela e aguerrida campanha para reeleição da presidenta Dilma Rousseff no segundo turno, agregando vários militantes sociais que estavam distante do pleito eleitoral e diminuído a vantagem do tucano Aécio Neves, temos que admitir que nosso partido sofreu uma dura derrota eleitoral no Distrito Federal ao não levar ao segundo turno o governador Agnelo Queiroz (PT).

No Legislativo, amargamos o terceiro lugar na disputa para o Senado e diminuímos nossa bancada na Câmara Distrital de seis para quatro deputados. Na Câmara Federal passamos de três representantes para apenas um.

O fato é que não conseguimos transformar nossas realizações em apoio popular e votos. No entanto, é inegável o legado positivo que nossa gestão deixa para o povo do DF. O enfrentamento da máfia das empresas de transportes com a realização da primeira licitação na história do transporte coletivo do DF, a entrega de 50 creches públicas até o final do mandato (só existia uma unidade publica no DF até então), a constituição de uma política pública integrada de incentivo ao uso da bicicleta como meio de transporte (vide o projeto “Bike Brasília” e a construção de mais de 600 quilômetros de ciclovias até o fim do mandato) fazem parte dos projetos deste legado, além da nomeação de 32 mil servidores por concurso público, dentre os quais 2,4 mil professores, a maior convocação da história da educação no DF.

Essas e outras tantas realizações são legados fundamentais que pavimentam o caminho para a construção de um Distrito Federal menos desigual e mais inclusivo.

Além das realizações, é importante destacar o significado político que nossa gestão teve ao interromper a hegemonia de 12 anos do grupo Roriz/Arruda/Frejat a frente do Palácio do Buriti. Um grupo político baseado em dois pilares: a corrupção e o neoliberalismo.



Legado positivo da gestão Agnelo não se converteu em votos; na campanha presidencial do segundo turno, a militância pró-Dilma no DF arregaçou as mangas e promoveu importantes ações



Aqueles foram 12 anos nos quais o Estado esteve a serviço dos interesses particulares e privados. Contudo, a privatização do GDF não se resumiu ao sucateamento das empresas públicas, a precarização dos serviços e o enfraquecimento da capacidade do Estado em garantir direitos à população.

Mais perverso que as políticas neoliberais, foram a manutenção do assistencia-

lismo nas políticas sociais e o incentivo ao clientelismo. Juntas, essas duas formas de gerir e organizar o Estado, consolidaram uma rede de corrupção em todos os níveis e órgãos. Não foi fácil para a nossa gestão enfrentar essas praticas tão entranhadas na cultura institucional do GDF.

Como geralmente acontece nossa derrota eleitoral é explicada por graves equívocos na condução da política. A aposta em

*Iniciado o processo eleitoral, mesmo já avistando as dificuldades e já tendo em mãos pesquisas que apontavam uma baixa aprovação de nosso Governo, a coordenação de campanha e a direção partidária mantiveram a mesma tática: grande arco de aliança, aposta nos programas de televisão, ausência de debate programático e de polarização com os nossos adversários*

uma ampla aliança com antigos inimigos e setores programaticamente opostos ao nosso campo se demonstrou um fracasso. Durante o Governo, essas alianças foram responsáveis por constantes recuos em pautas históricas para o PT e durante a campanha, prevaleceu seus interesses pessoais em se elegerem e na primeira oportunidade traíram nossa gestão.

Outro marca profunda na gestão Agnelo foi a total ausência de polarização com nossos adversários, a manutenção de práticas condenáveis e o conseqüente abandono de uma forte linha programática que fosse capaz de aglutinar e empolgar nossa base social. Ao fim de quatro anos, em que pese os significativos avanços e considerável legado, não deixamos nítido para a população o modo petista de governar.

Iniciado o processo eleitoral, mesmo já avistando as dificuldades e já tendo em mãos pesquisas que apontavam uma baixa aprovação de nosso Governo, a coordenação de campanha e a direção partidária mantiveram a mesma tática: grande arco de aliança, aposta nos programas de televisão, ausência de debate programático e de polarização com os nossos adversários.

Ao não demonstrarmos para a população que o que estava em disputa era a continuidade de um projeto que tinha como eixo central o fortalecimento do Estado enquanto garantidor de direitos e do outro lado um projeto de um pequeno grupo que via o Estado como um instrumento a serviço de seus interesses, assistimos os nossos adversários aproveitarem do crescente antipetismo – por nós não combatido – para nos tirar prematuramente da disputa ao Palácio do Buriti.

No segundo turno, a militância petista e de esquerda se enquadrou em uma encruzilhada, tendo a disputa ficado entre o coronelismo retrógrado do Frejat (PR) e o mais novo convertido da direita brasileira e entusiasta da candidatura Aécio Neves, Rodrigo Rollemberg (PSB).

Como quase ganhou no primeiro turno, Rodrigo Rollemberg entrou na fase final com ampla vantagem. Diante deste cenário favorável somado a alta intenção

de voto em Aécio Neves, o “socialista” construiu sua campanha no segundo turno desdenhando da militância e do apoio petista, bem como declarando apoio público ao candidato tucano a presidência da República. Por sua vez, o candidato Frejat, ciente de que apenas o imponderável viraria o jogo ao seu benefício, nos últimos 10 dias, apresentou a proposta de reduzir todas as tarifas do transporte coletivo para R\$ 1,00: a “tarifa Frejat”. Apesar do susto e do rápido crescimento, a medida não foi suficiente e Rodrigo Rollemberg foi eleito com pouco mais de 55% dos votos.

Em um cenário de ataques dos dois lados, a Executiva do PT/DF toma a posição de não participar do segundo turno e orientou a sua militância a não apoiar nenhuma candidatura. Na prática, liberou a militância tanto para o voto nulo como para qualquer uma das candidaturas. Consciente de que ambas as candidaturas são nossas adversárias, porém, com consideráveis diferenças, a Articulação de Esquerda tirou posição de que era tarefa não só do PT, mas do campo democrático e popular, impedir nas urnas o retrocesso com o retorno do coronelismo e, principalmente, nas ruas, manter a luta por profundas transformações sociais, tais como a universalização da educação infantil, o fortalecimento da atenção primária na saúde com 100% de cobertura de saúde da família, a implantação da tarifa zero no transporte coletivo e a garantia da banda larga universal livre em todo o DF.

Mesmo com todos os equívocos políticos e a derrota eleitoral no primeiro turno, a campanha da presidenta Dilma no segundo turno agregou milhares de militantes sociais dispostos a construir muita luta no próximo período. Caberá ao PT/DF fazer um profundo e sincero balanço, curar as feridas, reorganizar sua militância e como oposição ao atual governo, ir às ruas reivindicando nosso projeto popular. Só assim poderá voltar a ser uma alternativa política e eleitoral ao povo do Distrito Federal. ★

\*Jonatas Moreth é militante do PT-DF e integra a Direção Nacional da AE



A compra destes livros pode ser feita na [www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br)

Página **PT** 13

# Crônica de uma derrota anunciada

Mário Cândido de Oliveira\*

A campanha no Paraná se descaracterizou de vez neste último pleito. Não é de hoje que este fenômeno vem acontecendo, mas neste último foi além do limite do ponderável. O campo majoritário do partido, capitaneado pelo casal de ministros Paulo Bernardo/Gleisi Hoffmann, coadjuvado pelo presidente do PT do Paraná Ênio Verri (eleito deputado federal) e outros membros do campo majoritário, se acercaram de forçar a barra com um projeto para estas eleições que de longe animou a militância do partido. Este é um processo que vem se intensificando desde que alguns quadros do partido passaram a ter um status nacional maior que a legenda estadual. As decisões passaram a ser diversas da posição militante histórica do partido.

Foi assim nas eleições municipais de 2008, com um slogan “melhorar o que está bom e fazer o que não foi feito”: disputa ideológica que é bom nada.

O PED 2009 manteve o mesmo grupo na direção partidária. Nas eleições de 2010, a defesa da candidatura própria, apesar de apoiada por ampla maioria da militância, foi derrotada por um trabalho de cúpula que forçou a barra com uma candidatura coligada.

Nas eleições municipais de 2012, um fenômeno estranho: mais uma vez a candidatura própria foi derrotada pela cúpula, por um lado aliando-se com o ex-peessedebista Fruet (agora no PDT) e por outro teve que, mesmo contra a vontade, engolir em seco o desejo da militância em vitória apertada no encontro que escolheu como vice a advogada trabalhista Mirian Gonçalves. Esta derrota nunca foi bem digerida pelo casal de ministros e companhia.

Todas estas ações fora do programa histórico petista, deliberadas à margem do campo petista de decisão, tiveram seu ápice melancólico no último pleito, culminando com a mais humilhante derrota da história do PT paranaense.

Uma candidatura construída sem os devidos cuidados prevaleceu sem quase nenhuma contestação, afinal era a ex-ministra chefe da Casa Civil, senadora. Quem ousaria contrariar? Um candidato a vice-governador inexpressivo do PDT, que não disse em nenhum momento a que veio. A derrota da candidatura própria do PT para o Senado Federal, embora tivéssemos à disposição dois nomes históricos, o deputado federal Dr. Rosinha e o advogado trabalhista e fundador do PT, Cláudio Ribeiro. A preferência foi por uma coligação com o PCdoB, com o nome de Ricardo Gomyde.

O que se viu durante a campanha foi uma militância distante do pleito estadual, parecendo estar com uma indis-



Gleisi e Paulo Bernardo (foto do alto), ainda as principais figuras públicas do PT paranaense, perderam protagonismo para Requião (foto do meio) durante o segundo turno. No Senado, Gomide (foto ao lado) também não foi eleito



**“Algumas derrotas doem muito, mas as derrotas anunciadas doem muito mais. Nos últimos dias lutamos apenas para que houvesse segundo turno nas eleições. Será que não fizemos a nossa parte ou, de forma mais precisa, não pudemos fazê-la? Algumas perguntas ficarão sem respostas: Como o principal adversário midiático do PT elegeu-se senador com 77% dos votos? Por que o Suplicy perdeu em São Paulo e, vejam bem, para o Serra? Por que nossa representação na Assembleia Legislativa do Paraná caiu tanto? Por que os “mesmos” são sempre eleitos? Por que o PSDB conseguiu eleger a metade da bancada para a Câmara? Por mais que estejamos profundamente tristes com esses resultados, não é a tristeza que vai nos abater. Vamos atrás de respostas, lutando para que o nosso Partido não se transforme apenas em uma sigla a mais em nosso Estado.” Cláudio Ribeiro, advogado**

posição provocada deliberadamente. Não é para menos. A campanha foi entregue ao mesmo marqueteiro de sempre dessas lideranças, o comando estadual deslocado da militância e, por fim, a campanha no maior colégio eleitoral do estado, capital e região metropolitana onde está cerca de 40% do eleitorado, mantida sob a responsabilidade de um parlamentar municipal, que para não ser muito severo, é e foi no mínimo omissor. O Diretório Municipal de Curitiba foi solenemente ignorado, fato este também resultado do PED de 2013.

Foi uma campanha sem sal, sem cores, sem estrela, sem bandeiras e sem debate ideológico sobre projetos de desenvolvimento. Não houve a defesa dos importantes temas que o partido deve e precisa defender. As reformas política, da mídia, urbana, agrária, tributária, do sistema financeiro, do Judiciário, da Segurança Pública, entre outras de suma importância para fazer o país avançar, passaram quase ou totalmente despercebidas do debate geral. O que se viu foi uma defesa enfadonha das realizações do governo federal. Nem os movimentos de rua foram priorizados: encontros fechados para nós mesmos e “militância” paga e desconectada da realidade.

O resultado de tudo isso foi que o PT do Paraná saiu humilhantemente derrotado. Tivemos um resultado pífilo para o governo, amargando um terceiro lugar com 14,87%, totalizando 881.857 votos. Para o Senado, mais humilhante ainda: 12,51% dos votos contra 77% do opositor tucano. Diminuímos a bancada estadual de 7 para 3 parlamentares e a bancada federal de 5 para 4 parlamentares, lembrando que entre os 5 eleitos em 2010 estava o ex-petista André Vargas. Vale dizer que o discurso hegemônico entre a cúpula era de aumento das bancadas e a conquista do gover-

no, tendo em vista os feitos do governo federal. Este desempenho afetou também a eleição para a Presidência da República. Se dependesse só do Paraná, Aécio Neves teria sido eleito em primeiro turno com 49,79% dos votos contra 32,54% de Dilma e 14,20% de Marina.

O segundo turno das eleições no Paraná foi coordenado pelo Senador Roberto Requião do PMDB. Dilma cresceu de 32,54%, no 1º turno, para 39,02%, no 2º turno, mas o tucano cresceu de 49,79% para 60,98%. Mesmo com a derrota no Paraná, podemos dizer que houve uma reação e que o senador do PMDB colocou-se como o principal opositor na terra das

araucárias. Por outro lado, os principais mandatários do partido no Estado praticamente desapareceram no segundo turno. Vide a única vinda da candidata Dilma a Curitiba, quando contou com a presença na caminhada do Requião e Osmar Dias, além dos organizadores do evento e milhares de militantes e simpatizantes que a partir dali deram o tom da campanha no segundo turno. Consolidada a vitória da Dilma, é fundamental fazer uma profunda avaliação. ★

\*Mário Cândido de Oliveira integra a direção nacional da Articulação de Esquerda

ANÚNCIO

**Já está em circulação a segunda edição da**  
**REVISTA**  
**ESQUERDA**  
**PETISTA**

Publicação da editora  
**Página PT 13**

# O Rio Grande guinou à direita

*Adriano de Oliveira\**

A esquerda partidária e social perdeu terreno no Rio Grande do Sul nas eleições 2014. Fortaleceu-se a direita que elegeu senador, ganhou o governo do estado e robustez na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa. O deputado federal mais votado no Rio Grande é ninguém menos que Luis Carlos Heize (PP), conhecido por suas declarações racistas e xenófobas. É aquele que se refere aos índios, aos homossexuais e aos quilombolas como “tudo que não presta” e orienta agricultores a contratarem seguranças privados para “defenderem-se” de indígenas constituindo milícias.

Vínhamos de uma espetacular vitória em primeiro turno na última eleição. Comemos erros na composição e condução do governo, mas tínhamos um governo e um governador com bons índices de aprovação junto à população e um governo que tinha realizações muito superiores aos governos da direita. O Rio Grande cresceu acima da média nacional, virou um “canteiro de obras”, valorizou os servidores públicos e teve fortes políticas sociais. Os índices de aprovação do governo são superiores a votação que fizemos.

Também cometemos erros na condução da campanha. Por muito pouco não elegemos Olívio Dutra senador da República. Devemos abrir este balanço de forma fraterna, mas realista, para que erros de estratégia, tática e funcionamento não comprometam novamente batalhas tão importantes como foi a do Senado. Para esta Casa foi eleito Lazier Martins, a face bruta do conservadorismo, apresentador da RBS (afiliada da Rede Globo), filiado ao PDT.

Lazier Martins se elegeu com 2.145.479 votos (37,42%), seguido de Olívio com 2.024.417 votos (35,31%). Uma diferença de 121.062 votos. No entanto, recuso-me a simplificar o resultado desta eleição a condução da campanha. Fizemos uma bonita e aguerrida campanha eleitoral. Militante - como há tempos não víamos - programática e politizada. Quando as pesquisas apontaram o risco de perdermos a eleição de governador no primeiro turno para Ana Amélia (PP), partimos para o ataque e a polarização. Em poucos dias o quadro eleitoral virou de ponta cabeça. O eleitorado migrou em massa para a candidatura de José Ivo Sartori (PMDB), que terminou em primeiro lugar, oito pontos na frente, seguido pelo governador e candidato à reeleição Tarso Genro (PT), deixando a candidata que liderou todas as pesquisas fora do páreo.

Nossa campanha e candidatura foram desproporcionalmente superiores ao adversário, nas ruas e nos debates. Disputamos com os dois melhores quadros construídos no PT e na história recente da esquerda gaúcha: Olívio Dutra e Tarso Genro. Sartori enfrentou a humilhação de circular nas redes sociais como incapaz de formular uma única proposta com início, meio e fim. Nem precisou, a votação majoritária no RS foi contra o PT e a esquerda em geral.

Sartori terminou a eleição com 3.859.611 votos (61,22%). Tarso fez 2.445.664 votos (38,79%). Aécio, por sua vez, foi o mais votado neste 2º turno no RS, com 3.452.455 votos (53,33%), seguido por Dilma com 2.997.360 votos (46%).

Precisamos descortinar o mito do gaúcho como politizado e à esquerda. Existe certa bipolaridade no comportamento eleitoral do gaúcho. E nossa memória é seletiva. Gostamos de lembrar os ex-presidentes Jango e Getúlio Vargas, do Brizola, dos feitos de Tarso e do Olívio, do PT e da frente popular, no entanto, esquecemos-nos dos ex-presidentes da ditadura militar, Emílio Garrastazu Médici e Artur da Costa e Silva ou de Britto, Yeda, Lazier e Heize, para usar exemplos mais recentes.

Houve enormes deslocamentos à direita e ao conservadorismo dos chamados setores médios no Rio Grande do Sul. Pequenos proprietários rurais e urbanos, comerciantes, pequenos e médios empreendedores. Aos que acham que luta de classes é coisa do passado é importante constatar que ganhamos a eleição em todos os colégios eleitorais de base popular, trabalhadora e operária. Perdemos para uma brutal ofensiva conservadora, ideológica e que já é militante, nas cidades de classe média e várias regiões do interior do estado com destaque para a serra gaúcha.

Resta saber como reagiremos a ofensiva conservadora no Rio Grande e no Brasil. Espero que não adotemos raciocínio semelhante ao de um coordenador de campanha local que, ao constatar que era elevado o número de eleitores que se informava pela RBS, propôs que parássemos imediatamente de polarizar com a mesma, linha até então adotada -- corretamente -- pela maioria e pelo próprio Tarso.

Devemos aprofundar a mudança no país e a luta política e social pelas reformas agrária e urbana, pelas reformas política e tributária, pela democratização dos meios de comunicação, por reformas estruturais. Pelos valores do humanismo, da diversidade e da liberdade. Pelo enfrentamento militante ao fascismo, a xenofobia e ao racismo, valores que -- infelizmente -- são valores de parte considerável de gaúchas e gaúchos. ★

\*Adriano de Oliveira é do Diretório Nacional do PT e integrou a coordenação de campanha da Unidade Popular pelo Rio Grande do Sul



Disputamos com os dois melhores quadros construídos no PT e na história recente da esquerda gaúcha: Olívio Dutra e Tarso Genro

# A despertização do PT no Espírito Santo

*Emílio Font\**

No Espírito Santo, a presidenta Dilma teve 33,12% dos votos válidos. Foi o sétimo pior desempenho no país e o pior desde a eleição de Lula em 2002, quando o candidato do PT obteve no Estado 44,52% dos votos válidos no 1º turno.

O candidato ao governo do Estado pelo PT, Roberto Carlos, obteve 6,01% dos votos, a pior votação petista entre os 16 estados brasileiros com representantes da sigla, concorrentes ao cargo de governador. O vencedor foi Paulo Hartung (PMDB) com 53,44% dos votos que derrotou Renato Casagrande (PSB) que obteve 39,34% dos votos. Vale destacar que Casagrande foi apoiado em 2010 pelo próprio Paulo Hartung.

No Senado, João Coser, que liderava as pesquisas de intenção de voto no início da campanha eleitoral terminou na terceira colocação, com 20,16% dos votos. Ficou atrás de Rose de Freitas (PMDB), com 46,23% e de Neucimar Fraga (PV), com 31,11%.

Já nas eleições proporcionais aumentamos nossa presença na bancada federal de um para dois deputados e elegemos três deputados estaduais, perdendo uma vaga das eleitas em 2010.

Essa aparente contradição entre uma derrota nos cargos majoritários e o desempenho nos proporcionais é um ponto que precisa ser explicado, a partir da história recente do partido.

Desde meados de 2005, na metade do primeiro mandato de Hartung, as principais lideranças da maioria do PT-ES optaram por uma aliança política com o ex-governador.

O grande argumento que a maioria da direção do PT Capixaba utiliza para manter essa preferência por Paulo Hartung é de que o PMDB faz parte da base aliada, portanto, é “natural” que essa aliança se reproduza no estado. Ignoram, ou fingem ignorar, que em nível federal é o PMDB que apoia o nosso projeto e não ao contrário.

Ignoram, ou fingem ignorar, que o PMDB não é e nunca foi um partido ideologicamente hegemônico, dentro qual convivem desde setores mais progressistas até se-



Paulo Hartung, a direita do PMDB e de tudo o mais

tores nitidamente conservadores e de direita como é o caso do próprio Paulo Hartung.

Paulo Hartung representa de forma muito clara os interesses dos grandes grupos econômicos e midiáticos instalados no estado assumidamente e publicamente através do chamado projeto ES 2025.

O ES 2025 (atual ES 2030) é um plano elaborado pelos grandes grupos econômicos e midiáticos do estado pela ONG Espírito Santo em Ação feito por uma consultoria financiada, lamentavelmente, pela Petrobrás, ou seja, com dinheiro público!

Evidente que o conteúdo do projeto busca colocar o Estado a serviço dos interesses das grandes empresas e possui um conteúdo nitidamente neoliberal, onde as chamadas “questões sociais” aparecem como suporte para o crescimento econômico e lucratividade dessas mesmas empresas.

Assim, se em outros estados a prática é privatizar empresas pontualmente, no Espírito Santo privatizou-se o próprio projeto de desenvolvimento do qual Paulo Hartung é o principal braço político e beneficiário.

## A “peemedebização” do PT capixaba

Todo esse processo fez com que o PT capixaba venha perdendo sua identidade e

ameaça inviabilizar a existência de um projeto político e partidário e unificado para o estado, afinal é absolutamente impossível construir um projeto de esquerda e mesmo de centro esquerda ao mesmo tempo que se busca submeter o partido a uma aliança com o representante do núcleo duro do neoliberalismo e da direita capixaba.

Progressivamente o PT do Espírito Santo vai correndo o risco de deixar de ser um partido com um projeto unificado e tornar-se a soma de projetos e de carreiras pessoais, similar ao PMDB nacional. Isto ajuda a entender por qual motivo o partido até consegue manter uma boa representação parlamentar (vereadores/as e deputados/as), mas corre o risco de ficar cada vez mais distante dos poderes executivos: prefeituras (haja vista as derrotas de 2012) e governo do estado.

## As alianças de 2014

Nestas eleições tudo começa com a proposta do governador Casagrande de se manter neutro na disputa presidencial para compor uma aliança com o PT, proposta essa que contaria, inclusive, com o endosso da Direção Nacional do PT.

No Encontro do PT realizado, em abril deste ano, o partido aprova a prioridade da aliança com Casagrande e João Coser torna-se candidato ao Senado, derrotando a pré-candidatura da senadora Ana Rita. No entanto, o que ganha destaque é a votação feita após a escolha da candidatura ao Senado que ficou conhecida como “puxadinho”. Nela, João Coser torna-se o único candidato do PT também ao governo do estado e a vice-governador. As reais intenções, no entanto, eram outras. A maioria da direção do PT resolve esticar ao máximo a negociação com Casagrande e este por sua vez precipita-se e retira a oferta de neutralidade na disputa presidencial. Pronto: para felicidade da maioria Hartunguista do PT estava aberta a possibilidade de aliança com Hartung e o PMDB.

Mas, essa felicidade teria vida curta. De forma absolutamente coerente com seu projeto conservador e de direita, Paulo Hartung fecha aliança com o PSDB, inclusive com a candidatura de Aécio Neves à presidência da República.

Isolado, o PT resolve lançar a candidatura própria do deputado estadual professor Roberto Carlos para governador em aliança com o PDT nas chapas proporcionais e João Coser ao Senado.

## O processo eleitoral: Senado

Logo no início da campanha, em uma de suas primeiras entrevistas (A Gazeta 26/7/2014) João Coser deixa claro qual seria o comportamento de sua campanha. Frente às dificuldades iniciais da candidatura do PT ao governo do estado, Coser literalmente afirma: “não posso ficar esperando Roberto Carlos fazer um grande ato para que as pessoas saibam que sou candidato”. Esquece-se, porém, que ele, João Coser, é o presidente estadual do PT, e que, portanto, a candidatura de Roberto Carlos era sim, também, de sua responsabilidade. As declarações, na mesma, não param por aí: “não serei um senador do PT. Sou filiado ao partido, tenho orgulho disso, mas mesmo se Dilma não for reeleita, farei um elo da União com o Estado, inclusive junto com Ricardo Ferraço, que coordena o projeto do outro candidato”, diz. Ficava claro que a campanha de Coser seria descolada do partido, como de fato foi.

Coser partia do pressuposto (comum aos marqueteiros) de que o PT atrapalha. Ignoram, porém, que existe na sociedade uma parcela de petistas e mesmo uma esquerda social que mesmo numericamente pequena pode fazer a diferença se devidamente empolgada e animada com um projeto e/ou candidatura.

Mas não é esse o caminho de João Coser. Pelo contrário. Ele apostou e perdeu no afastamento do partido, dos movimentos sociais, de suas bandeiras e lideranças, um afastamento fruto em boa medida de sua opção preferencial por alianças com o projeto de direita capitaneado por Paulo Hartung, com quem fez inúmeras alianças na campanha a despeito da candidatura própria do PT.

O ápice desse processo seria a aprovação por parte da executiva estadual de uma solicitação feita por João Coser na qual a Direção Estadual do PT autorizava que sua campanha ao Senado, na Grande Vitória, fosse feita sem os nomes dos candidatos majoritários do PT: Roberto Carlos e Dilma.

Com esse exemplo “vindo de cima” o fato é que as candidaturas proporcionais rapidamente aderiram ao vale tudo eleitoral. Cédulas individuais sem os nomes dos candidatos majoritários (Coser, Roberto Carlos e Dilma) se tornaram a regra na reta final da campanha.

Mas não foi só isto: cédulas com Paulo Hartung e Aécio também acabaram “surgingo” e por ironia até com Rose de Freitas, candidata vitoriosa ao Senado e principal adversária de Coser.

## O processo eleitoral: governo do estado

Em que pese a baixa votação de Roberto Carlos não seria justo debitar ao candidato toda a responsabilidade pelo fraco desempenho eleitoral.

Primeiro, a candidatura própria ao governo do estado nasce não por uma opção e/ou alternativa do partido, mas pela falta de possibilidades de alianças, em suma mais do que uma escolha foi uma imposição da conjuntura.

Segundo, falta ao PT-ES a construção de um projeto político e social para o estado. Não basta apenas um programa de governo de última hora. Um projeto político é fruto de um processo ao longo do tempo no qual o partido deveria afirmar suas opções, propostas, projetos e construção de aliados na sociedade.

Terceiro, desde o início ficou claro que a estrutura partidária e mesmo os recursos tinham como prioridade a campanha de João Coser, o que colaborava para que Roberto Carlos fosse visto como uma espécie de “laranja” por setores da sociedade e mesmo pelo eleitorado petista.

Quarto, o clima de dispersão partidária e o salve-se quem puder ao final da campanha deixaram o candidato praticamente sozinho, salvo raras exceções.

Por fim a própria campanha do candidato demorou a perceber que o melhor

caminho desde o início, deveria ter sido a adesão e colagem de sua plataforma a plataforma nacional, a campanha de Dilma e a defesa das realizações dos governos Lula/Dilma no Estado. Feitos estes que foram quase que exclusivamente, por incrível que pareça, apropriados, pela candidata ao senado Rose de Freitas.

Seja como for ressalte-se que o companheiro se propôs a enfrentar uma tarefa em condições extremamente adversas a qual poucos se atrevem, não é algo menor e é digno de mérito.

Um futuro complicado para o PT-ES

Em política quando o debate se personaliza e as carreiras e projetos pessoais se sobrepõem ao projeto coletivo é muito difícil retomar um debate político que garanta uma unidade construída sobre um projeto coletivo. O próprio perfil de alguns eleitos complica ainda mais o cenário.

É bem provável que mais uma vez que a maioria do PT capixaba aposte sua sobrevivência nos acordos de gabinete, em especial apoiando, participando e sustentando o governo de direita de Paulo Hartung.

Mais uma vez é bem provável veremos triunfar a política da direita e de Paulo Hartung que, coerentemente, passa pela diminuição e destruição do PT no estado, com a contribuição de parcelas do próprio PT. ★

\*Emílio Font é da direção nacional da AE

## Segundo turno: apesar da derrota, resultado surpreendente

Em 2010, no segundo turno das eleições presidenciais, José Serra do PSDB com 50,83% dos votos válidos derrotou a candidata Dilma que obteve 49,17% dos votos válidos.

Em 2014, o cenário se mostrava ainda mais complicado, apoiadores e aliados que estavam com Dilma em 2010 (como o atual governador Renato Casagrande (PSB) e o Senador Magno Malta (PR)) declaram abertamente voto em Aécio no segundo turno, e mesmo aqueles que se mantiveram neutros em 2010, como o PMDB, nesta eleição declararam e trabalharam assiduamente em favor do candidato tucano.

Setores conservadores e de direita esperavam impor um vitória acachapante de Aécio sobre Dilma, porém os resultados mostraram sim a vitória de Aécio mas com números muito mais modestos do que esperavam. Com 53,85% dos votos válidos (1.064.067 votos) Aécio ficaria apenas 3 pontos acima do resultado de Serra em 2010, mesmo com o apoio quase que esmagador dos políticos no estado.



Assim como em outras partes do país, a explicação para o desempenho de Dilma no Estado (46,15% dos votos válidos, 911.906 votos) encontra-se na mobilização das militâncias partidárias do PT e do PCdoB, de militantes há tempos afastados, de militantes de movimentos populares e sociais, trabalhadores e mesmo da chamada esquerda social, que foram as ruas e de forma incansável foram capazes de sobrepor a campanha de Aécio.

Mais do que isso, Dilma vence inclusive em 3 municípios importantes da Grande Vitória: Cariacica, Serra e Viana, bem como em outras cidades importantes.

Esse resultado deixa claro que há um enorme potencial para o PT no estado, cabe ao próprio PT acreditar na força e na capacidade de sua base social e construir um projeto próprio e de esquerda para o estado e abandonar de forma definitiva o papel de coadjuvante dos setores de direita e conservadores.

# Agora, um bom momento

Múcio Magalhães\*

No primeiro turno os resultados das eleições em Pernambuco foram muito ruins. O PT e seus aliados amargaram uma derrota significativa em termos políticos e eleitorais. A coligação liderada pelo PSB, a chamada Frente Popular de Pernambuco e composta por 21 partidos (PSB, PMDB, PCdoB, PV, PR, PSD, PPS, PSDB, SD, PPL, DEM, PROS, PP, PEN, PTC, PSDC, PTN, PRP, PSL, PHS e PRTB) venceu para governador com 68,08% dos votos e elegeu Paulo Câmara. Também venceram o pleito para senador com 2,6 milhões de votos (64,43%), derrotando o ex-prefeito João Paulo.

Ele teve 1,4 milhão de votos (34,8%), uma diferença superior a 1,2 milhão de votos. Em Recife, o resultado foi ainda mais duro. O nosso candidato ao Senado perdeu com uma diferença de 68,99% a 29,04%.

O uso da comoção gerada pela morte de Eduardo Campos e a montagem de uma poderosa máquina eleitoral, que esbanjou estrutura, mais a ampla frente que unificou no mesmo palanque os adversários que Eduardo Campos derrotou em 2010 (PMDB, PSDB, PPS, DEM) foram fatores importantes nesta vitória. A coligação Pernambuco Vai Mais Longe (PTB, PT, PDT, PSC, PRB e PTdoB) cometeu erros na estratégia de campanha que contribuíram para esse desenlace e que merecem uma avaliação com tempo suficiente para que todos os elementos sejam conhecidos.

Para a Câmara Federal a Frente Popular elegeu 19 das 25 vagas do estado, sendo 8 do PSB, 1 do PMDB (Jarbas Vasconcelos), 1 do PP, 3 do PSDB, 2 do PR, 1 do DEM, 1 do PSD, 1 do PCdoB e 1 do PHS.

A Pernambuco Vai Mais Longe elegeu 6 e nenhum do PT, que antes tinha 4 deputados federais, e entre os eleitos, um do PDT que apoiou Paulo Câmara, Fernando Bezerra e Marina Silva, o Wolney Queiroz, filho de José Queiroz, prefeito de Caruaru, cidade onde Marina teve perto de 70% dos votos. Dos seis, 4 são do PTB, 1 do PDT dissidente e 1 do PSC.

Vale destacar que muitos dos deputados federais eleitos são de partidos que nacionalmente estão com Dilma, mas que aqui estão no bloco antipetista.

Foto: Ernesto Rodrigues/FolhaPress



Para a Assembleia Legislativa o resultado é semelhante, mas o PT manteve três mandatos. A Frente Popular elegeu 39 deputados estaduais, incluídos aí dois pedetistas dissidentes. São 15 do PSB, 1 do PSDB, 2 do PDT, 3 do PR, 1 do PTC, 3 do PMDB, 1 do DEM, 1 do PHS, 4 do PP, 1 do PRP, 1 do PROS, 2 do PSD, 2 do SD, 1 do PSL.

A Pernambuco Vai Mais Longe elegeu 10, sendo 6 do PTB, 3 do PT e 1 do PRB.

O PSOL elegeu seu primeiro deputado estadual, Edilson Silva, mas para alcançar tal proeza fez uma pragmática aliança com o nanico e direitista, PMN. O PCdoB perdeu a cadeira que tinha na Assembleia.

Dilma ficou em segundo lugar com 44,22% (2,1 milhões de votos) perdendo para Marina que obteve 48,05% (2,3 milhões de votos). Aécio teve 5,92%, 284.771 votos.

No segundo turno a eleição tomou um rumo completamente diferente. O bloco vencedor no primeiro apoiou Aécio Neves e aprofundou o discurso anti PT, escolhendo como porta voz a viúva de Eduardo Campos, a Renata Campos que apareceu no guia eleitoral e participou de atos políticos. Além disso velhos expedientes da chamada guerra suja foram novamente utilizados, como pixar os muros com a frase “O PT matou Eduardo”.

A boa notícia foi a reação popular diante da ameaça da eleição de Aécio Neves. A campanha foi tomando um volume cada vez maior a partir de atos espontâneos, crescendo enormemente nos últimos dias, com atividades que reuniram milhares de pessoas, e uma procura intensa por material de propaganda.

O dia 21 de outubro entrou para a história, com os três atos que contaram com a presença de Dilma e Lula. Pela manhã em Petrolina onde falaram para mais de vinte mil pessoas, em sua maioria moradores da zona rural articuladas pela Articulação do Semi Arido(ASA), a tarde em Goiana, onde foram recebidos por uma multidão e no início da noite em Recife onde fizeram caminhada com mais de cinquenta mil pessoas, segundo a Polícia Militar.

O resultado foi a expressão deste crescimento, e Dilma conquistou 70,2% dos votos, contra 29,8% de Aécio. Uma vitória eleitoral que refaz o desenho político do estado construído no primeiro turno.

A derrota da “nova frente popular” está sendo interpretada como um recado do povo para a família Campos, cujo conteúdo é simples e direto: não há espaço para o surgimento de uma nova oligarquia se estabelecer e assumir o controle da política em Pernambuco. O capital político acumulado no primeiro turno pela nova aliança da direita pernambucana foi gasto, e perdido, em grande escala no segundo.

Para o PT, identificado como o partido que é a principal referência para estes setores da população que se envolveram na campanha do segundo turno, está aberta uma grande oportunidade para se colocar como o carro chefe da oposição ao governo estadual, da capital e diversas outras cidades importantes onde o PSB governa.

A nova situação aberta com o segundo turno é bastante clara para muitos militantes do PT e para muita gente que torce para que o partido reencontre o caminho da luta contra os adversários e em defesa das bandeiras populares, e se apresente como alternativa de participação política para todos os setores que demonstraram no segundo turno que podem se envolver na defesa de um projeto maior, que dialogue com a luta por um Brasil democrático e popular. Cabe a direção partidária organizar o PT para que seja capaz de corresponder a estes anseios.

Para a AE, estamos em um bom momento, no qual também para o PT de Pernambuco, a esperança está de volta. ★

\*Múcio Magalhães integra a Direção Nacional da AE

# Regulamento do 2º Congresso da Articulação de Esquerda



1. O 2º Congresso Nacional da AE se realizará nos dias 2, 3, 4 e 5 de abril de 2015, no Instituto Cajamar (Via Anhanguera km 46,5 no estado de SP), para debater a seguinte pauta:

- 1.1. balanço das eleições de 2014;
- 1.2. desafios e propostas para o segundo mandato Dilma Rousseff, para a luta social, para a comunicação e cultura, para os governos/parlamentos estaduais e municipais, para as eleições 2016 e 2018;
- 1.3. nossas propostas de reforma programática, estratégica e organizativa do Partido dos Trabalhadores;
- 1.4. atuação e organização da Articulação de Esquerda;
- 1.5. eleição da nova direção nacional da Articulação de Esquerda e da Comissão de ética nacional

Parágrafo único: simultaneamente ao 2º Congresso, será realizada a Conferência Sindical Nacional da AE, que seguirá regulamento específico.

## PROJETOS DE RESOLUÇÃO

2. Os projetos de resolução para o 2º Congresso devem ser enviados para o Secretariado Nacional da AE, através do endereço [secretariadonacionaldaae@gmail.com](mailto:secretariadonacionaldaae@gmail.com).

3. Para apresentar um projeto de resolução é necessária a assinatura de no mínimo:

- 3.1. Um/uma integrante da Direção/Comissão de ética ou de Coordenação setorial nacional;
- 3.2. Três integrantes de Direção/Comissão de ética ou de Coordenação setorial estadual;
- 3.3. Nove militantes da tendência.

4. Todos os projetos de resolução serão publicados obedecendo a ordem de chegada, na seção Tribuna de Debates da [www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br).

4.1. A Tribuna de Debates publicará, além das propostas de resolução, artigos de contribuição ao debate assinados por militantes da tendência. Os artigos devem ser enviados para o Secretariado Nacional da AE, através do endereço [secretariadonacionaldaae@gmail.com](mailto:secretariadonacionaldaae@gmail.com).

4.2. A Tribuna de Debates poderá publicar, também, artigos escritos por militantes do PT que não integram a Articulação de Esquerda. Os artigos devem ser enviados para o Secretariado Nacional da AE, através do endereço [secretariadonacionaldaae@gmail.com](mailto:secretariadonacionaldaae@gmail.com).

5. Cabe ao Secretariado Nacional sistematizar os projetos de resolução apresentados e elaborar um roteiro para contribuir com os

debates nos Congressos municipais, estaduais e nacional;

5.1. O roteiro para os congressos municipais e estaduais deve ser divulgado na Tribuna de Debates até o dia 29 de janeiro de 2015 e publicado na edição de fevereiro do jornal Página 13.

5.2. O roteiro para a plenária final do 2º Congresso deve ser divulgado na Tribuna de Debates até o dia 29 de março de 2015 e publicado na edição de abril do Página 13.

## QUEM PODE PARTICIPAR DOS DEBATES, VOTAR E SER VOTADO

6. Os debates sobre a pauta do 2º Congresso são públicos e abertos ao conjunto da militância petista. Cabe às instâncias da AE, em todos os níveis, organizar atividades com o propósito de ouvir o conjunto do Partido e de nossa base social.

7. A tesouraria nacional informará, até o dia 1 de cada mês (novembro e dezembro de 2014; janeiro, fevereiro e março de 2015), a lista de militantes em dia com a Articulação de Esquerda, discriminados por estado e sempre que possível por cidade.

8. Para poder votar e ser votado nos congressos municipais, estaduais e nacional, é necessário fazer parte da lista divulgada no dia 1 imediatamente anterior ao respectivo congresso. (por exemplo, se o Congresso acontecer no dia 2 de fevereiro ou no dia 28 de fevereiro, vale a lista divulgada dia 1 de fevereiro).

9. Como o estatuto da AE determina que só podem votar e ser votados militantes em dia que tenham pelo menos 1 ano de ingresso na tendência; como, por outro lado, é necessário incorporar à tendência a militância que se aproximou durante o ano de 2014; adotaremos o seguinte procedimento:

9.1. A lista de militantes em dia deve indicar com as letras DP aqueles que ingressaram na tendência até 1 de abril de 2014. DP quer dizer direitos plenos.

9.2. Militantes em dia que não tem direitos plenos poderão participar normalmente de todos os debates, inclusive votar e ser votados. Mas no momento de eleição de delegados, devem votar e ser votados à parte.

Exemplo: se um congresso municipal tem 33 participantes, 10 dos quais são DP, os 10 militantes DP elegerão 3 delegados estaduais que também devem ser DP. Os demais 23 participantes (que não tem direitos plenos) elegerão 8 delegados estaduais (escolhidos dentre aqueles que não tem direitos plenos). No congresso estadual, os três delegados plenos elegerão 1 delegado nacional pleno. E os 8 delegados estaduais elegerão 3 delegados nacionais que também não tem direitos plenos. A fração sobran-

te de cada categoria de delegados, vale apenas para eleger os delegados daquela categoria. Todos os cálculos e nomes devem ser indicados na ata formulário padrão que será fornecida pelo secretariado nacional e disponibilizado no [www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br). Na abertura do Congresso nacional, os delegados plenos (que também foram eleitos por delegados estaduais plenos, que por sua vez foram eleitos por militantes com direitos plenos) decidirão se os demais delegados/as terão ou não direito a voto.

10. Na abertura do 2º Congresso, antes da leitura do regimento, caberá à atual direção nacional da AE consultar os delegados plenos, para que estes decidam se os demais delegados/as serão ou não credenciados;

10.1. A decisão de credenciamento pode ser total ou parcial, a partir de um informe circunstanciado apresentado pela comissão de credenciamento e garantido o direito das partes se pronunciarem diretamente à plenária do Congresso;

10.2. Naqueles casos em que for decidido não credenciar, os delegados/as serão convertidos em observadores com direito a voz.

10.3. Após o 2º Congresso, a direção nacional decidirá se é necessário reformar as decisões adotadas naqueles congressos cujos participantes não tenham tido seus direitos plenos reconhecidos.

11. Militantes que se afastaram da tendência ou foram afastados por decisão de instância da tendência, não poderão votar nem ser votados em nenhuma fase do processo, salvo expressa decisão em contrário das instâncias da tendência, seguindo o procedimento detalhado em nosso estatuto, disponível no site [www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br)

## CONGRESSOS MUNICIPAIS

12. É obrigatória a realização de congressos municipais, que podem ocorrer em janeiro, fevereiro ou março de 2015, em datas que devem ser aprovadas pelas atuais direções municipais e homologadas pelas atuais direções estaduais. As datas dos congressos serão informados na [www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br)

12.1. Nas cidades onde a AE não possui direção municipal organizada, a Direção estadual da tendência indicará uma direção municipal provisória composta por três militantes, com a tarefa de convocar e organizar o respectivo congresso. Este congresso deve obrigatoriamente ser acompanhado por um representante da atual direção estadual.

13. A pauta dos congressos municipais é a mesma do 2º Congresso Nacional da AE. O debate de outros assuntos, a eleição de delegações ao congresso estadual e a eleição da direção municipal somente poderá ser feito depois de esgotada a pauta nacional.

14. Caso algum militante não possa participar do Congresso municipal na cidade onde milita, ou caso não ocorra Congresso municipal na cidade onde reside, o militante pode participar de outro Congresso municipal. Para isto basta comunicar ao secretariado nacional através do endereço [secretariadonacionaldaae@gmail.com](mailto:secretariadonacionaldaae@gmail.com). Feito isto, a Tesouraria nacional incluirá na lista de militantes em dia a informação da cidade onde o militante deseja votar e ser votado.

15. Na eleição das delegações será adotado o seguinte critério: cada três militantes presentes ao congresso municipal elegem 1 delegado estadual. Sendo que o primeiro delegado estadual será eleito apenas quando houver três militantes no congresso municipal e o segundo apenas quando houver 5 militantes e assim por diante.

16. Militante que não pode participar de congresso municipal, pode participar diretamente do Congresso estadual, votando em urna a parte, de forma a respeitar a proporcionalidade no cálculo das delegações. Neste caso, serão necessários 9 militantes para eleger o primeiro delegado nacional e 14 militantes para eleger o segundo delegado nacional e assim por diante. Notem que neste caso, é preciso distinguir quem é militante DP (direitos plenos) e quem não é (menos de 1 ano) e seguir os procedimentos indicados no exemplo que consta do item 9 deste regimento.

17. As novas direções municipais devem ter no mínimo 4 e no máximo 8 integrantes, cabendo à direção eleita escolher, dentre seus integrantes, um responsável por cada uma das tarefas a seguir: comunicação, tesouraria, formação e organização.

18. A ata dos congressos municipais deve ser encaminhada à respectiva direção estadual, até no máximo a segunda-feira imediatamente anterior ao respectivo congresso estadual. As atas serão publicadas na [www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br)

## CONGRESSOS ESTADUAIS

19. Os congressos estaduais da AE devem ser realizados no mês de março 2015. A data deve ser decidida pela atual direção estadual e homologada pela atual direção nacional. As datas dos congressos serão informados na [www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br)

20. A pauta dos congressos estaduais é a mesma do 2º Congresso Nacional da AE. O debate de outros assuntos deve ser feito depois de esgotada a pauta nacional.

21. Nos estados onde a AE não possui direção estadual organizada, a Direção Nacional da tendência indicará uma direção estadual provisória composta por três militantes, com a tarefa de convocar e organizar o respectivo congresso estadual. Este congresso deve obrigatoriamente ser acompanhado por um representante da atual direção nacional.

22. Nos estados onde a AE atualmente não possui direção estadual organizada, fica au-

torizada a realização de congresso estadual sem congressos municipais prévios. Neste caso, a proporção para a eleição dos delegados nacionais será de 1 delegado nacional para cada 9 militantes presentes no congresso estadual, sempre respeitando os procedimentos indicados no exemplo do item 9 deste regulamento.

23. As novas direções estaduais devem ter no mínimo 6 e no máximo 12 integrantes, cabendo a direção eleita eleger, dentre seus integrantes, quem ficará responsável por cada uma das tarefas a seguir: comunicação, tesouraria, formação e organização.

24. A ata dos congressos estaduais deve ser encaminhada à Direção Nacional até no máximo a segunda-feira imediatamente anterior ao 2º Congresso. As atas serão publicadas na [www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br)

## CONGRESSO NACIONAL

25. O quorum para instalação e deliberação do 2º Congresso Nacional é de 50% mais 1 dos delegados eleitos nos congressos estaduais.

26. Participam do 2º Congresso Nacional da AE:

26.1. Com direito a voz e voto, delegados/as eleitos nos congressos estaduais preparatórios;

26.2. Com direito a voz, delegados/as a Conferência sindical nacional;

26.3. Com direito a voz, quando autorizados pela Mesa, militantes da AE.

26.4. Com direito a voz, quando autorizados pela Mesa, convidados/as pela Direção Nacional da AE.

27. No dia 3 de abril, cabe a atual direção nacional conduzir a mesa de instalação do 2º Congresso. Após a decisão sobre o credenciamento dos delegados/as com menos de 1 ano de filiação, será aprovado o Regulamento e a Programação, será eleita a Mesa diretora, a Comissão de Emendas e a Comissão Eleitoral. Caso queira, o Congresso também pode alterar a composição da Comissão de credenciamento indicada pela atual direção nacional da AE. Uma vez eleita a Mesa diretora, esta assumirá a condução da tendência até que se eleja uma nova direção nacional.

28. A Mesa diretora será integrada por 3 delegados/as, que dividirão entre si as tarefas de condução do 2º Congresso.

29. A Comissão de Emendas será integrada por 3 delegados/as, cabendo a ela receber e sistematizar todas as propostas de resolução.

30. A Comissão Eleitoral, também composta por 3 delegados/as, será eleita pelo 2º Congresso e terá como tarefa receber a inscrição das candidaturas à Direção Nacional da AE e à Comissão de Ética Nacional. Caberá a comissão de credenciamento sugerir ao Congresso qual o procedimento da eleição (nominal, lista única, chapas).

31. Ao debater a programação, os/as delegados/as decidirão se o temário será deba-

tido em plenária geral e/ou em grupos de discussão.

32. A eleição das delegações e direções da AE, nos congressos municipais, estaduais e nacional observará o disposto no Regimento Interno da AE, a saber, em caso de mais de uma chapa, proporcionalidade na composição das delegações e majoritariedade na composição das direções (em outras palavras, havendo mais de uma chapa para eleição das direções, a chapa vencedora ocupará todos os postos da direção).

## PROGRAMAÇÃO

33. A programação do 2º Congresso Nacional da AE será a seguinte:

**2 de abril**, durante o dia: chegada, credenciamento e alojamento

2 de abril, 20h: abertura da conferência sindical, com participação de representantes das tendências cutistas e da direção nacional da AE

**3 de abril**, durante o dia: chegada, credenciamento e alojamento

3 de abril, 9h00: Direção nacional abre os trabalhos, conforme descrito no item 27 do presente regimento interno.

3 de abril, 10h00: debate sobre os projetos de resolução, conforme roteiro citado no item 6 do presente regimento interno.

3 de abril, 12h30: almoço

3 de abril, 14h00: debate sobre os projetos de resolução, conforme roteiro citado no item 6 do presente regimento interno.

3 de abril, 16h00: intervalo

3 de abril, 16h30: debate sobre os projetos de resolução, conforme roteiro citado no item 6 do presente regimento interno.

3 de abril, 18h30: jantar

3 de abril, 20h00: ato público do II Congresso, com a participação de representantes das tendências partidárias

**4 de abril**: 9h00: debate sobre os projetos de resolução, conforme roteiro citado no item 6 do presente regimento interno.

4 de abril 11h00: apresentação e debate do texto base da conferência sindical

4 de abril, 12h30: almoço e encerramento do credenciamento

4 de abril, 14h00: atividades separadas e simultâneas do Congresso e da Conferência Sindical

4 de abril, 18h30: jantar

4 de abril, 20h00: confraternização

**5 de abril**, manhã: atividades separadas e simultâneas do Congresso e da Conferência Sindical

5 de abril, 12h30: almoço

5 de abril, 14h00: plenária de encerramento simultâneo da Conferência e do Congresso. Neste ato de encerramento, o Congresso tomará conhecimento, debaterá e votará formalmente as resoluções da Conferência sindical.

NOSSO  
CORAÇÃO É  
VERMELHO E  
BATE DO LADO  
ESQUERDO  
DO PEITO



## EXPEDIENTE

**Página 13** é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

**Direção Nacional da AE:** Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Aila Marques (CE), Ana Afonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (MG), Denise Cerqueira Vieira (TO), Denize Silva de Oliveira (MS), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Joel Almeida (SE), Jonatas Moreth (DF), José Gilderlei (RN), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia Maria Barroso Vieira (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marco Aurélio Moreira Rocha (MG), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Rafael Tomiyama (CE), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Teresinha Fernandes (MA), Ubiratan Félix (BA), Valter Pomar (SP).

**Comissão de ética nacional:** Eleandra Raquel Koch (RS), Rodrigo César (SP) e Wagner Lino (SP).

**Edição:** Valter Pomar e Adriana Miranda **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961)

**Secr. Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker [edmawalker@gmail.com](mailto:edmawalker@gmail.com) End. para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11, São Paulo (SP), CEP 01019-000.

